

CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Trabalhadores ocupam o Congresso Nacional em Brasília e, num clima de festa e luta, realizam a 1ª Convenção Nacional do PT: a cobertura completa da Convenção e o discurso histórico de Lula sobre as tarefas do partido. (Págs. 9, 10 e 11). E mais, nas págs. 16/17 um debate sobre o PT e a questão do socialismo.



DA TRIBUNA DO SENADO DA
REPÚBLICA, LULA PROCLAMA:

PT É SOCIALISTA!

A crise estoura no
coração do governo
e Figueiredo vai
direto para
o hospital

AURELIANO ASSUMIU?

Uma Rainha da Inglaterra no trono do Alvorada

Pág. 4

Briga de foice no
planalto prá ver
quem substitui o
general
presidente

1º DE OUTUBRO



Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego

Comissão pró-CUT
entrega ao
governo,
as reivindicações
mínimas dos
trabalhadores.

Milhares de pessoas
em todo o país
saem às ruas em
protesto contra o
arrocho e a
repressão.

Começou
a mobilização
nacional
rumo à
greve geral.

Págs. 6 e 7

Escândalo:

A política econômica
"de austeridade" para
enfrentar a crise:

- Mais Cr\$ 5 trilhões na especulação
- Quase Cr\$ 1 trilhão de subsídios aos tubarões
- Bancos privados mais que triplicam seus lucros
- Indústria aumenta capacidade ociosa
- Desemprego oficial chega ao 1 milhão

Pág. 5

Armadilha do distritão

Uma estrondosa porretada nos partidos de oposição, especialmente no PT. Esta seria, sem dúvida, o resultado se for aprovada a proposta do deputado do PDS, Nilson Gibson, que transforma as eleições para o Congresso de proporcionais em majoritárias. De acordo com ela, apenas iriam para a Câmara os mais votados, independentemente do partido por que viessem a concorrer, ao contrário do que acontece hoje quando alguns candidatos são eleitos em função do voto na legenda, ou mesmo pela votação extraordinária de um dos candidatos do partido.

Três são os principais motivos que orientam a proposta do deputado, que vem sendo acompanhada com simpatia pelo governo. Em primeiro lugar, ela neutraliza os chamados candidatos "carros-chefe", que a oposição possui

em bem maior quantidade que o PDS, e que, apenas por suas votações, elegeriam vários companheiros de partido.

Por outro lado, ao individualizar as candidaturas, o chamado sistema distritão retira em muito o conteúdo ideológico e político das eleições, transformando-as em disputas com forte acento personalizado. Finalmente, favorece os candidatos com mais recursos (em detrimento de campanhas sustentadas partidariamente), estimula a concorrência entre membros do mesmo partido, contribuindo para desagregá-los enquanto força coesa.

Se já estivesse valendo para as eleições de 1978, o sistema distritão seria responsável pela diminuição de 17 deputados da bancada do extinto MDB e pelo acréscimo de outro tanto à bancada do PDS. (V.G.)

Socorro jurídico para estrangeiros

Os estrangeiros que desejam regularizar sua situação no Brasil ou necessitem de maiores esclarecimentos sobre a nova Lei dos Estrangeiros, devem procurar os advogados do Socorro Jurídico que funcionará as terças e quintas-feiras, pela manhã, na Cúria Metropolitana de São Paulo, na avenida Higienópolis 890. O serviço foi organizado pela Associação Latino-Americana de Advogados (ALAA) e conta com a colaboração dos advogados Marcos Vinicius Petreluz e Carlos Cardoso Oliveira Junior.

Com a aprovação da nova lei, os estrangeiros têm prazo de 90 dias para requererem, na Polícia Federal, o visto provisório, válido pelo prazo de dois anos. No entanto, muitos estrangeiros

que vivem no Brasil, principalmente os perseguidos políticos nos seus países de origem, temem que ao entrarem com o pedido de visto e serem identificados, o governo brasileiro resolva expulsá-los.

Por isso, o CBS considera que, no momento, além de orientação jurídica para os estrangeiros, deve ser formada uma comissão, integrada por entidades democrática e parlamentares, para denunciar quaisquer arbitrariedades que venham a ser cometidas contra os estrangeiros. Especialmente porque a nova lei ainda não foi regulamentada e seu objetivo político é agrandar os regimes ditatoriais dos países do Cone Sul. (H.S.)

O azar que abunda

Enquanto espera acomodar suas nádegas no trono do Palácio do Planalto, o desgovernador paulista, o já famoso Maluf, parece não dar muita sorte com essa parte estratégica do corpo humano.

Primeiro foi aquela história de cair sentado num copo. Agora, para felicidade geral da nação, Maluf caiu do cavalo, batendo de bunda no chão e ficando descadeirado, pena que não para sempre.

Pelo menos é um consolo, pois Maluf vive pensando pôr na dos outros e já levou duas na sua. Mas, pensando bem, porque será que ele machuca sempre essa região?

Não sei não, Maluf. Se eu fosse como tu, deixava de puxar o saco dos militares e cuidava mais do... (R.V.N.)



Enquanto os políticos conciliam...

No dia 24 de setembro, no município do Cabo em Pernambuco, foi assassinado um trabalhador rural que participava da campanha salarial dos canavieiros. O assassino foi o administrador da propriedade de Sílvio Carneiro Leão, dono do engenho Jacobina e presidente do Sindicato dos Fornecedores de Cana. Segundo a CPT, esse foi o 47.º agricultor assassinado.

Já em Conceição do Araguaia, os posseiros estão sofrendo intensamente a violência do Exército e da polícia local. Estão sendo obrigados a andar sob a pressão de policiais, tendo os pulsos de um algemados nas pernas do outro, a apertar entre as mãos um pedaço de pau de espinho trazido por policiais. Mulheres de posseiros da

região contam ainda que dois deles foram surrados com machados e facões.

Na cidade, a Polícia Militar

Na madrugada do dia 21, seis homens armados e fardados invadiram a casa do motorista de ônibus, Pedro dos Santos, em Duque de Caxias. Durante várias horas, o motorista, sua mulher e seus cinco filhos, com idades variando entre três e onze anos, foram torturados: enquanto Pedro era violentamente agredido, Andrea (11 anos) foi pendurada de cabeça para baixo em cima da boca de um poço e Adriana foi amarrada num poste e ameaçada de fuzilamento. Em seguida, os policiais amarra-

Habeas corpus

O Superior Tribunal Militar negou por unanimidade o pedido de habeas-corpus impetrado por Luís Eduardo Greenhalg em favor dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou que estão presos sob a acusação de terem incitado posseiros a emboscar agentes federais em São Geraldo do Araguaia. Além de terem o período de prisão prorrogado até o dia 27 de outubro, pesa sobre a cabeça dos sacerdotes a ameaça de expulsão do país através da Lei dos Estrangeiros. (V.M.)

Inelegibilidade

A decisão do governo de manter a inelegibilidade daqueles dirigentes sindicais cujas entidades sofreram intervenção só revela o tom raivoso de classe, patronal mesmo, das reformas que estão sendo aprovadas. Sabe-se que apenas nos anos 1964/65, 761 sindicatos sofreram intervenção. Como o número de membros da diretoria dos sindicatos é, em média, superior a 20, pode-se estimar em milhares os trabalhadores que não poderão ser candidatos, inclusive Lula e Olívio Dutra cujas entidades sofreram intervenção no período mais recente. (M.R.T.)

Comitê Brasileiro pela Anistia

Convocamos todos aqueles que foram tornados deficientes físicos pela repressão política, assim como aqueles que têm conhecimento de algum desses casos a entrarem **IMEDIATAMENTE** em contato com o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA/SP), pelo telefone 32-2518 ou no seguinte endereço: Travessa Brigadário Luís Antonio nº 145 (antigo 21), Bela Vista, CEP 01318.

De pires na mão

A fundação IBGE divulgou os primeiros resultados sobre a distribuição da renda baseados no Censo Demográfico de 1980. Nenhuma grande surpresa na medida em que a velha e cruel lógica do capitalismo brasileiro imperou: entre 1970 e 1980 a renda, concentrou-se ainda mais reproduzindo o mesmo fenômeno da década de 1960.

Mas só eles continuam comendo

Os 50% por cento mais pobres da população que participavam com 14,9 por cento da renda em 70 caíram para 12,6 por cento em 80. Enquanto isso, os 10 por cento mais ricos que contavam com 46,7 por cento da renda em 70 avançaram para 51 por cento em 80. E entre estes, os 1 por cento mais ricos foram os que mais ganharam, avançando de 14,7 por cento em 70 para 16,9 por cento nos dias de hoje.

Langoni, Simonsen e Cia.

Os dados são eloquentes e por isso mesmo já deram início a um verdadeiro festival de cinismo disputado pelos economistas oficiais, tal qual há dez anos, quando foram divulgados os dados do censo de 70. Naquela época, Carlos Geraldo Langoni (atual presidente do Banco Central) chegou a escrever um livro inteiro para provar que a concentração da renda era muito razoável para um país de analfabetos. Mário Henrique Simonsen (ex-ministro do Planejamento) foi ainda mais longe e dedicou páginas inteiras para provar que os dados eram falsos. Não contente, fez ainda uma brincadeira de extremo mau gosto dizendo: "Em dez anos, muitos provam mais do que na renda: morrem". Desta vez aliás, Simonsen já se negou a tecer qualquer comentário dizendo que esses números preliminares não são sérios. O presidente da IBMEC, economista Roberto Castelo Branco, aluno de Simonsen, usou agora a mesma frase do mestre de 10 anos atrás: "não podemos dizer que a desigualdade melhorou, mas tampouco podemos dizer que piorou".

A fábula dos naufragos

Vale aqui a fábula dos naufragos: um físico, um matemático e um economista chegam a uma ilha deserta, esfomeados e encontram apenas uma lata de sardinha fechada. Como abri-la? O físico começa a estudar um princípio de aquecimento para estourá-la. O matemático se oferece para fazer os cálculos para evitar excesso de aquecimento. Chamado a dar sua contribuição, o economista disse: "eu parto do suposto de que a lata já está aberta".

Moral da história: o escamoteamento (ver sinônimo no dicionário) sistemático da realidade, prática constante dos economistas oficiais, não tem nada de boa fé. É cinismo mesmo, utilizado para manter o padrão de vida.

(MBL)

Último lançamento

Che Guevara

Organizador: Edmundo Sade
Coordenador: Flávia Faranda

POLÍTICA

99

EDITORIAL

PT dá um salto de qualidade

Com um fecho de ouro o PT terminou o seu processo de legalização conquistando, muito além das exigências, as condições para a obtenção de seu registro definitivo como partido.

O significado histórico desta vitória para a classe trabalhadora brasileira, em toda a sua profundidade e consequência, está estampado no brilhante discurso pronunciado por Lula ao final da convenção nacional do último domingo em Brasília.

Depois de percorrer passo a passo a história do surgimento do partido, ponto por ponto, sua relação com os movimentos populares, e a resposta do partido à crise econômica e à "abertura", o presidente agora reconduzido à direção do PT afirma categórico: "O PT jamais servirá aos interesses do Capital". Para, em seguida, explicar o que isso significa. O compromisso do partido é com os explorados e somente com eles. E dentro do sistema capitalista nunca haverá solução para os problemas dos trabalhadores. Estes somente verão seus anseios atendidos quando forem proprietários dos meios de produção e donos dos frutos de seu trabalho. Enfim, o PT deixa claro para todos o seu objetivo maior: uma sociedade socialista.

No entanto, é preciso qualificar o que se entende por isso. E, indo adiante, Lula exclui taxativamente tanto o embuste social democrata — que na verdade não é outra coisa senão a administração da crise capitalista — como também a degeneração burocrática do modelo soviético.

Por outro lado, positivamente, afirma que o socialismo que queremos será fruto de nossa própria experiência e elaboração. E, parafraseando o velho Marx do **Manifesto**, conclui: A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

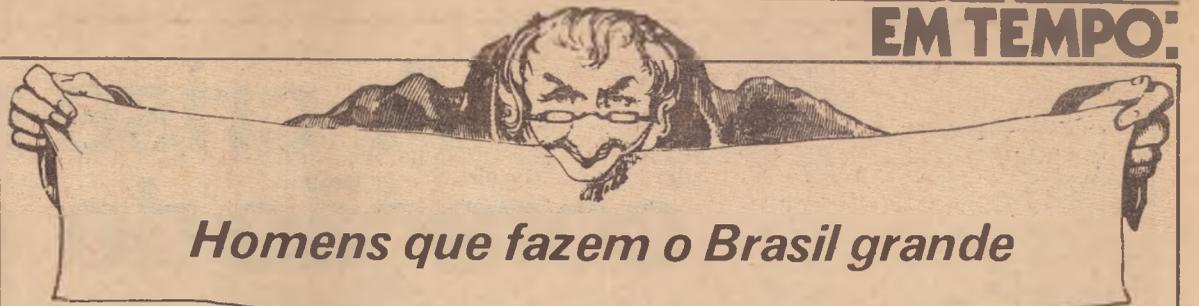
O avanço político e o amadurecimento ideológico da direção petista é cristalino, na verdade, um salto político programático do PT, extremamente oportuno num momento em que o partido é alvo tanto de acirradas críticas da esquerda reformista e dogmática como de desafios ou tentativas de sedução por parte das instituições da grande política.

No entanto, no interior deste salto de qualidade, alguns equívocos surgem do discurso de Lula. E são a vosso ver basicamente dois.

Em primeiro lugar a questão da luta democrática contra a ditadura. Apesar de Lula abrir espaço para enunciar a crítica ao economicismo o fato é que, enquanto proposta, a luta democrática do PT continua restrita ao combate à LSN e pelo desmantelamento do aparelho repressivo. O PT continua ainda desarmado de uma bandeira mais geral frente à crise da abertura e ao poder ditatorial. E, sobretudo agora quando o movimento popular, expresso claramente na CONCLAT, fez sua a bandeirada Constituinte precedida da derrubada da ditadura, o PT não pode, sem deixar de lado outras razões, continuar deixando de expressar esta dimensão política das classes trabalhadoras.

Em segundo lugar o discurso de Lula, apresenta traços de um indevido preconceito e desconsideração generalizados para com a esquerda revolucionária. Nas várias passagens em que a esquerda é mencionada a marca é sempre, no mínimo, a da negação e do desdém generalizados. Não se pede, é óbvio, que um partido legal e de massas como o PT, muito menos nos seus primeiros passos, proclame vivas inúteis, provocativos e vanguardistas sobre a revolução, o marxismo etc. O que se trata é de o PT reconhecer em parte da esquerda revolucionária uma dentre as suas várias fontes constitutivas. E, por consequência que sua direção trate com respeito e politicamente os acertos e os equívocos, do passado e do presente desta esquerda.

Estas duas falhas do discurso são, é claro, de importância menor frente ao salto positivo que como um todo ele representou. E são também questões que devem ter seu encaminhamento subordinado à tarefa maior do PT hoje que é a sua consolidação organizativa como um partido real. Um partido que funcione como tal, organicamente coeso e centralizado na sua intervenção política. Para o que, a largada já de seu jornal nacional, como acabou de ser anunciado na convenção, será mais um grande salto de qualidade na construção do Partido dos Trabalhadores. Toda força ao jornal do PT!



2. Vidigal, Simonsen, Conde e ainda Teófilo

A decisão do governo de sobretaxar os lucros excessivos dos bancos, provocou uma grita geral entre empresários, representantes classistas ideólogos da burguesia e outros homens que fazem e fizeram o Brasil grande.

O sr. Luis Eulálio Bueno Vidigal, presidente da FIESP, considerou a medida um precedente perigoso: "preocupame a possibilidade da taxaço vir a ser indiscriminada", isto é, de acabar comendo também os lucros do setor produtivo. O ex-ministro do Planejamento, Sr. Mário Henrique Simonsen considerou a medida "um erro para compensar outro erro".

Na mesma direção apontou ainda uma moção de 40 senhores, empresários da Construção Civil do Rio de Janeiro, que repudiou por unanimidade a medida, considerada "um precedente inaceitável num país capitalista que busca a democracia."

Aparentemente menos queixosos ficaram os próprios senhores banqueiros. Seu repre-

sentante máximo e velho conhecido nosso, o sr. Teófilo de Azeredo Santos, presidente da Federação Nacional dos Bancos, disse que "deste fato negativo" — a taxaço — "resultou outro positivo que é a destinação dos recursos arrecadados para a educação". Demagogia à parte, porém, o sr. Teófilo defendeu a maior restrição possível do alcance da medida, excluindo da taxaço os lucros das corretoras, distribuidoras e empresas de crédito imobiliário. E não casualmente, porque os bancos vão poder burlar a medida repassando os excessos de lucros exatamente para essas empresas do setor financeiro. O Sr. Teófilo continua mais preocupado com a alteração da política salarial (ver EM TEMPO n.º 136) do que com os efeitos da medida que, do ponto de vista material, atingirá os bancos minimamente.

Já o Sr. Pedro Conde, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) chega até a dar a dica: "está na hora de comprar ações de bancos" porque o aumento



do lucro tributável também elevará os dividendos pagos aos acionistas. Este senhor critica a taxaço mais do ponto de vista do "espírito". Não aceita que se chame a atenção para o setor financeiro: "a medida deveria valer para todas as empresas que obtêm lucros extraordinários e que portanto se encontram na mesma situação".

É claro. Do ponto de vista ideológico, se atingisse todos, não atingiria nenhum. Não haveria bandidos maiores ou menores. O espírito do lucro ficaria resguardado. É precisamente esse espírito que os empresários não ligados ao setor financeiro estão defendendo com mais ênfase em sua crítica à medida governamental. (V.P.)

• "Este regime — oh! meu Deus — o melhor é enterrá-lo o mais rápido que se puder." (Francisco Weffort, da Direção Nacional do PT, na revista **Isto É**)

• "Eu quero ver os meninos e o povo no poder" (Fernando Brant

e Milton Nascimento em seu último LP)

• "Estou melhor no hospital do que o Aureliano no Planalto" (General Figueiredo enfartado no Hospital do Servidor Público no Rio de Janeiro)

• "Espero que não me que-



Ponto de vista

brem os óculos. Eu não tenho sobressalentes" (General Golberri do Couto e Silva cercado de jornalistas no Nacional Clube de São Paulo).

• "A única reforma agrária que o Brasil conheceu foi a divisão do território nacional em capitanias hereditárias." (Lula, no discurso pronunciado na Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores.)

• "Não adianta correr nem pedir proteção. Até 1982 nós temos ainda muito tempo". (Sequestrador de Magali Salomão esposa do coordenador da campanha eleitoral do Senador Saturnino Braga, no Rio de Janeiro.)



A crise no coração do poder

Aureliano na presidência não controla os militares. Mas, fazendo de conta que sim, controla os civis da oposição bem comportada.

Por João Machado

O país já não aceita soluções anormais", declarou Aureliano. Cumpriu-se o "ritual da naturalidade", disse o Ministro Leitão de Abreu. Aparentemente, estaria demonstrado que a doença do presidente teria servido para comprovar a saúde das instituições e do projeto de "abertura": o general cede o lugar a um civil (por dois meses) e isto ocorre "naturalmente".

A verdade é bem ao contrário. Para começar, a própria doença de Figueiredo reflete as tensões por que tem passado, tensões obviamente de fundo político. A crise econômica que se agrava, o crescimento da revolta popular, as dissidências desafiantes de certas áreas militares (que obrigaram o presidente da "abertura" a engolir o sapo — e o desgaste, o ridículo — do episódio do Rio-centro), já tinham se refletido no desentendimento com um dos auxiliares diretos — o general Golberi.

A doença do regime se relaciona mais diretamente com a do presidente pelo incidente ocorrido logo antes do infarto: um grupo de mulheres conseguiu expor diante de Figueiredo uma faixa em protesto contra a carestia, tumultuando e retirando o caráter festivo da inauguração no Rio.

Em segundo lugar, a posse do

vice não foi tão "natural" como querem fazer crer os representantes oficiais. Inicialmente, foi colocado em dúvida que Aureliano assumiria. Divulgou-se a versão de que, pela Constituição, o vice só seria empossado se o próprio presidente solicitasse licença. Colocou-se em dúvida que um infarto seria razão suficiente para o afastamento de alguém — afinal, Figueiredo estaria lúcido!

Finalmente, a posse "natural" de Aureliano só foi decidida depois de uma reunião com os ministros militares, improvisada pouco naturalmente no Othon Palace Hotel em Copacabana. Aureliano resolveu só tomar posse na quarta-feira (o infarto fora na sexta-feira, 18), para programar bem como dar ao ato um ar mais natural.

Em todo o caso, apesar da pouca saúde do regime, e da incerteza da posse, ela acabou ocorrendo, e o país terá um presidente civil por dois meses. Mas nem por isto há alguma razão para dizer, como o editorialista da revista *Veja*, que "a treva da ditadura já foi combatida e sua derrota é hoje o óbvio".

Aureliano insistiu várias vezes, em todas as oportunidades que teve, que governará como se fosse o próprio Figueiredo, que seguirá fielmente as suas diretrizes, etc. Ou seja: já deixou claro

que terá poderes limitados. Melhor dizendo, ficará como a rainha da Inglaterra. E os aparatos da ditadura, bem como o seu governo, continuam como antes.

Resta uma última questão: o governo "civil" de Aureliano não terá trazido então nenhuma vantagem?

Sim, para o regime, apesar do incômodo, e da evidente instabilidade: Aureliano pode conseguir das oposições burguesas concessões, conciliações ainda maiores com o poder. E compreendendo isto muito bem, movimentou-se logo em direção ao Congresso e às oposições. Foi bem sucedido, exceto quanto ao PT (ver matéria ao lado).

Uma manobra semelhante foi realizado na Espanha. Após a tentativa de golpe do coronel Tejero, e com a continuação da agitação golpista entre as forças armadas, o Rei tem-se apresentado como o "guardião da democracia". É claro que não garante nada disso, e os militares só não tem feito mais porque têm obtido do governo tudo o que pedem. Mas o Rei garante que a oposição — no caso, os dois partidos operários reformistas, o PS e o PC — se dobre cada vez mais, colabore cada vez mais com o regime.

Aureliano na presidência não controla os militares, sim os civis da oposição bem comportada.



Aureliano vai ao Congresso

A dança dos dois poderes

Sorrisos, apertos de mãos, frases de espírito, foram a tônica de visita de Aureliano Chaves ao parlamento após ser empossado. Para os deputados, um momento de relaxamento, depois da expectativa e tensão por saber quem assumiria o governo com a saída de Figueiredo.

Propondo uma estreita cooperação entre o Executivo e o Legislativo, anunciando seu desejo de falar com cada um dos representantes partidários, Aureliano fez as vezes de bom mestre de cerimônia do poder. Ulisses Guimarães, do PMDB, colocou-se ao inteiro dispor do Presidente. Marcondes Gadelha, do mesmo partido, declarou, emocionado, que o gesto de Aureliano "começava a esvaziar os bolsões de radicalismo e tensão, abrindo caminho para a construção de algo sólido e duradouro".

No PP o quadro não foi diferente com Magalhães Pinto sentindo-se lisonjeado com a importância dada por Aureliano ao Parlamento. O Presidente em exercício, no final do espetáculo, aplaudido por mais de 200 deputados e senadores, mostrando sua intimidade com os parlamentares, declarou: "sempre que tiverem algum assunto de interesse do país, telefonem, pois estarão falando com um colega". E os colegas do presidente confirmaram-lhe todo o apoio e solidariedade, pois afinal não é todos os dias que um Presidente da República entra para o rol dos que assistem na galeria o que se passa no centro do poder.

Quem, para variar, não entrou no jogo, foi o Partido dos Trabalhadores, que só se propõe a visitas e reuniões com os representantes do governo em "função de

assuntos de inequívoco interesse popular e democrático". Um pouco "mal educado", sem respeitar as regras do decoro palaciano, o líder da bancada do PT, Aírton Soares, ao invés de participar do beija mão, distribuiu um posicionamento público explicando as posições do partido (ver box).

Denunciando a farsa de reuniões entre os representantes dos poderes legislativos e executivos, onde nenhum dos personagens tem o poder, o Partido dos Trabalhadores deixa claro que não está no parlamento para legitimar a farsa de uma "democracia salvaguardada". Quando todos querem compactuar, evidencia que um civil na Presidência da República não altera em nada o caráter da ditadura militar que mantém-se intacta. Um Presidente sem poder, com a única

função de manter as aparências e cooptar as oposições para a defe-

sa do projeto político de institucionalização da ditadura. (L.A.)

O PT não compactua

A nota oficial do PT a propósito da ida de Aureliano ao Congresso

A liderança do PT não compareceu ao encontro informal dos parlamentares com o presidente da República em exercício. Entendemos que qualquer contato, em visita ou reunião com representantes do governo, **tem que se realizar em função de assuntos de inequívoco interesse popular e democrático, como tem sido a prática do partido.**

"Consideramos esta visita como uma retribuição de cortesia feita pelos presidentes da Câmara

e do Senado, por ocasião da posse formal do vice-presidente.

"Consideramos ainda que o encontro realizado entre representantes dos atuais poderes Legislativo e Executivo configura reunião de pessoas bem-intencionadas, mas que infelizmente não detêm o Poder; uns, os do Legislativo, porque não lutam por suas próprias prerrogativas; outros porque manifestam a disposição de não assumir e de ser mero continuador.

O descalabro da política econômica do governo

Orgia também mata

Por Juarez Guimarães

O país parece estar à beira da falência. Há cada vez menos dinheiro no bolso das famílias trabalhadoras. As verbas para a previdência, educação, saúde e habitação cada vez mais escassas. Os Estados e municípios se debatem em meio a um endividamento crescente e sucessivos cortes de programas. Apenas de dezembro até agosto deste ano, a dívida interna da União cresceu 142% enquanto o governo se lança numa corrida desesperada para captar no exterior 3,5 bilhões de dólares para tapar o rombo no Balanço e Pagamentos.

Este é um país viável?

Sem dúvida, a situação orçamentária seria bem melhor se o governo decretasse uma ampla reforma fiscal, modificando as escandalosas mordomias gozadas pelos maiores declarantes de imposto de renda (ver quadro abaixo). E arrecadaria o dobro da receita tributária que hoje recebe, se eliminasse a verdadeira enxurrada de subsídios e incentivos fiscais previstos na legislação.

Teríamos ainda uma inflação de 35 por cento a menos, se o governo, numa medida de estrito interesse das grandes indústrias que têm controle de mercado, não retirasse o controle de preços de 728 produtos antes sob a vigi-

lância do Controle Interministerial de Preços (CIP).

A inflação poderia ser ainda bem menor se o governo não houvesse liberado as taxas de juros que os bancos cobram, medida também de interesse restrito aos grandes conglomerados financeiros. Não é a toa, pois que bancos como o Bamerindus e o Bradesco tenham lucrado mais de 500 por cento (!) em um período no qual a inflação foi de 117 por cento. É uma enorme massa de dinheiro que se concentra em mãos parasitárias.

Ela decresceria ainda mais, se o governo não optasse por arrecadar dinheiro por meio da implantação de verdadeiros "impostos" através da elevação de preços de mercadorias e serviços que controla. Como ocorre por exemplo com a gasolina. Quando o consumidor compra mil cruzeiros do produto está na verdade pagando 350 cruzeiros pelo preço real do combustível e 650 de tributo.

Decerto também teríamos bem menos desemprego se o governo não estimulasse através da colocação de papéis de renda fixa no mercado com altos rendimentos, a especulação financeira. Sabe-se, por exemplo, que o saldo de aplicação financeira advinda da poupança privada equivale à soma gigantesca de 6,7 trilhões de cruzeiros, que poderiam estar sendo investidos se o governo não criasse tantas marmatas para os capitalistas.

O desemprego seria ainda bem menor se o governo implementasse a desapropriação de latifúndios improdutivos, 32% das terras no Brasil, que possibilitariam gerar milhares e milhares de possibilidades de trabalho.

Teríamos, finalmente, uma situação financeira mais estável se não estivéssemos expostos, pelas opções de política econômica colocadas em prática pelo governo, a um processo contínuo de desnacionalização e descapitalização de recursos. O que será

remitido para o exterior este ano sob a forma de pagamentos de juros, 750 bilhões de cruzeiros, equivalente a mais do dobro do que se prevê gastar no ano que vem com os ministérios da Previdência Social, Educação e Cultura, Saúde e Trabalho juntos.

Mas, é claro, o governo não fará nada disso. Simplesmente porque é o governo dos grandes empresários, dos grandes banqueiros nacionais e internacionais, dos mais poderosos proprietários de terra.

Ou melhor dizendo, o desgoverno, já que com mais de 900 mil desempregados apenas nas seis maiores capitais do país, com a inflação esperada de 100 por cento ou mais até o fim do ano e um crescimento previsto do Produto Interno Bruto provavelmente em torno a zero ou até mesmo negativa. Situação que só tem paralelo nos anos de 1930, 1931, 1940 e 1942, anos de grande depressão ou da 2ª Grande Guerra Mundial.

As máquinas ociosas

A produção industrial no primeiro semestre de 81 caiu mais de 3% em relação a igual período do ano passado (IBGE). De dezembro de 1980 até julho deste ano, a capacidade ociosa na indústria de transformação cresceu de 15 a 24% (IBRE-CEI).

A especulação

"O Brasil está se tornando um país de agiotas", reclamou o ministro Hélio Beltrão em um encontro de empresários. A enorme quantia de 6,7 trilhões de cruzeiros — soma superior ao montante da dívida externa brasileira — é hoje aplicado em atividades não diretamente produtivas. Desta quantia, 80 por cento é aplicada em títulos de renda fixa, isto é, de natureza puramente especulativa.

E 931 mil desempregados

Número de desempregados (agosto)

Rio de Janeiro	303.265
São Paulo	362.863
Salvador	52.559
Belo Horizonte	89.334
Porto Alegre	54.086
Recife	69.005

Fonte: IBGE

O golpe dos monopólios

A tabela abaixo mostra como os grandes empresários que exercem o controle do mercado aumentam os preços de seus produtos em um ritmo bastante maior do que os de outros setores onde há concorrência.

I.P.A. — Indústria (em %)

1 (Setores competitivos que apresentam uma nítida desaceleração inflacionária)

	6 meses até julho/81	3 meses até julho/81
Metalúrgica	64,9	35,0
Madeira	26,0	11,3
Mobiliários	61,8	86,5
Tecidos, Vestuários e Calçados	56,1	57,9
Produtos alimentícios	80,1	64,3

2 - (Setores oligopolizados que apresentam aceleração)

Material elétrico	178,1	224,7
Material de transporte	183,1	162,9
Química	163,8	149,2
Bebidas	127,0	343,5
Fumo	287,7	301,0

FONTE: "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas

Os fabulosos lucros bancários

Em consequência da alta taxa de juros que está prevalecendo no mercado, os lucros dos bancos no período entre junho de 1980 e 1981 subiram bem mais do que a inflação de cerca de 117% no período.

Lucro dos 5 maiores bancos privados (Cr\$ 1.000)

Bancos	Lucro Líquido - 1º semestre 1980 (A)	1981 (B)	Variação % B/A
1. Bradesco	1.778.920	11.510.082	546,9
2. Itaú	1.243.911	4.551.962	265,9
3. Unibanco	570.546	1.579.203	176,5
4. Bamerindus	418.387	2.781.858	565,5
5. Mercantil-SP	638.850	2.414.754	277,9

3. Unibanco
Fonte: Revista Bancária Brasileira

E a queda dos salários

O poder de compra do salário-mínimo em 1981 caiu, é o que mostra um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas. A situação é a mesma para aquela faixa dos assalariados que tem o seu salário reajustado em um índice inferior bem como para os milhões que não têm direito ao reajuste semestral. Sem falar nos efeitos negativos do desemprego.

A mamata das isenções

O imposto de renda efetivamente cobrado dos 25 mil maiores declarantes do país equivale a apenas 2,4 por cento dos rendimentos não tributáveis. Em 1980, o montante coberto por subsídios e incentivos fiscais equivale a 951 bilhões de cruzeiros, quantia praticamente equivalente à receita tributária arrecadada que é de 958 bilhões.

A sangria da dívida

Este ano, apenas de juros serão remetidos ao exterior 7,50 bilhões de cruzeiros, o equivalente a 31 por cento do total das exportações brasileiras. A cada acréscimo de 7 por cento na taxa de juros externos, são mais 40 bilhões de cruzeiros para a dívida externa brasileira.

E as migalhas para o povo

Dotações orçamentárias previstas para 1982 em bilhões de cruzeiros

Ministério da Educação e Cultura	212,9
Ministério da Saúde	52,5
Ministério da Prev. e Ass. Social	78,0

1.º de outubro: dia do protesto

"Não trazemos estatísticas, nem números ou tabelas, mas a verdade da classe trabalhadora", afirma o memorial que a comissão Pró-CUT entregou ao governo contendo a pauta de reivindicações aprovada pela CONCLAT. Até o dia 16 de novembro, os sindicalistas esperam uma resposta oficial quando então avaliarão o tipo de pressão a ser desencadeada. Entre as possibilidades, examinarão a proposta de uma greve nacional de todas as categorias dos trabalhadores. Neste 1.º de outubro, em todas as grandes cidades do país, nos principais centros de concentração operária, nas sedes dos sindicatos rurais, os trabalhadores marcaram com manifestações e passeatas a data da entrega do documento de reivindicações ao governo

Desafio permanente

Por Régis Moraes

A realização do 1.º de outubro em vários locais do país já é em si uma vitória dos trabalhadores. Mas isso não nos deve impedir de ver os problemas vividos pelo movimento sindical. Não é exagerado dizer que as decisões da 1.ª Conclat estão até certo ponto ameaçadas.

Na pró-CUT já se delinea claramente uma maioria reformista, ou seja, a minoria no plenário da Conclat transformou-se em maioria. Nos estados, o PC e seus aliados procuram consolidar seus cargos nas unidades sindicais. Estes organismos foram criados estadualmente, sem vinculação com as lutas das categorias. Nunca tiveram uma participação na organização das campanhas salariais, nem mesmo em campanhas de solidariedade. A estratégia do reformismo de construção da CUT

seria, na verdade, a disseminação nacional de "unidades sindicais" e, sobre essa base, criar um organismo sindical nacional. A Conclat reverteu essa dinâmica, lançando um método distinto de construção da CUT.

Seria, então, de se esperar que a pró-CUT definisse, pelo menos um cronograma de construção de comissões pró-CUT por estado, em bases ao menos tão democráticas quanto a que foi tirada a pró-CUT nacional. No entanto, o que assistimos é um apego dos burocratas a estes organismos e a tentativa de já considerá-los definitivos. Por último, nas campanhas salariais metalúrgicas, assistimos tanto a um boicote à mobilização dos trabalhadores (RJ, Contagem, Osasco, SP), como à suja manobra de ruptura

com a unidade política dos trabalhadores, feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de SP.

Desafio permanente

Longe da unificação das campanhas salariais, da incorporação das bandeiras da Conclat às pautas de reivindicação, da criação de comandos comuns de negociação e mobilização, temos colocado na mesa propostas de pacto social feitas por dirigentes sindicais, procurando trilhar um caminho oposto àquele aprovado na Conclat.

As coisas ficam ainda mais complexas quando observamos o comportamento dos autênticos. Além de terem permitido uma maioria da aliança pelego-reformista na pró-CUT, tudo indica não terem até

agora definido um rumo claro de democratização do movimento sindical e da construção da CUT.

O sindicalismo classista tem a seu lado as bandeiras políticas da Conclat, um partido, o PT e, acima de tudo, um enorme sentimento unitário do vigoroso plenário da Conclat.

A Conclat, pela legitimidade de suas decisões (mais de mil sindicatos reunidos), pelo fato de seu programa de lutas encontrar uma atualidade que se renova frente à crise econômica em aprofundamento, tem uma influência que permanece. E, portanto, a viabilização de suas propostas é um desafio permanente para todos os militantes sindicais que têm um compromisso sincero com os que representam.

Memória: a greve dos 300 mil

A importância da greve dos 300 mil, decretada em março de 1953, em São Paulo, se encontra no fato de ter sido uma greve unitária de várias categorias e de ter gerado o primeiro organismo inter-sindical no país: a Comissão Inter-sindical de Greve.

Curiosamente, a situação conjuntural era muito semelhante à que vivemos hoje. A começar pela deterioração dos salários já nos primeiros meses de 1952, causada pelo aumento da inflação. Nos sindicatos, predominavam direções pelegas, sendo que o PC, reprimido duramente nos anos anteriores, vinha de uma completa desestruturação e apenas iniciava uma volta aos sindicatos.

A greve foi decretada contando com a participação inicial dos têxteis e metalúrgicos e estendeu-se depois aos vidreiros, gráficos, marceneiros, trabalhadores em alimentação e para o interior, reivindicando 60 por cento de aumento salarial. A resposta patronal foi a de conceder apenas 20 por cento, enquanto a Delegacia Regional do Trabalho decretava a ilegalidade do movimento grevista. Após 29 dias e com a mediação do governador do Estado, os trabalhadores conquistaram vitória parcial de 32 por cento, aumento extensivo a todos os operários do Estado. Além disso, ficou estabelecido a imediata libertação de todos os grevistas presos.

Espontaneidade e organização

A razão de um crescimento tão rápido da greve residia na sua enorme espontaneidade e capacidade de organização. O período anterior à deflagração do movimento foi de um intenso movimento de organização no interior das fábricas, com



Operários se reúnem à porta de uma fábrica nos dias que antecedem a greve dos 300 mil.

o surgimento de comissões de empresa, que encaminhavam diretamente aos patrões suas reivindicações. Conta-se que no período da greve, já havia cerca de 500 dessas comissões que seriam a base de formação dos piquetes.

No período imediatamente anterior à greve, consolidam-se as comissões de salário com representação, em sua maioria, de membros das comissões de empresas. São as comissões salariais as responsáveis pelo aumento das pressões sobre as diretorias dos sindicatos, influenciando na convocação de assembleias para discutir a situação salarial e a possibilidade da deflagração de um movimento grevista.

O surgimento da Comissão Inter-Sindical.

A forma como se organizou a greve, através de assembleias inter-categorias e piquetes, levou a que as diretorias sindicais assumissem cada vez mais o papel de direção, com a Comissão Inter-sindical de Greve, e diluíssem o papel das comissões de empresa nas assembleias. Mesmo assim, aconteceram quatro manifestações de rua, inclusive com enfrentamento à polícia. Essas manifestações não tiveram o aval dos organismos de direção da greve.

No final, a Comissão Inter-sindical

detinha em grande parte o controle sobre o movimento, fato que se comprovou na última assembleia geral, onde oito mil trabalhadores decidiram o fim da greve por meio do voto secreto.

Neste processo, o PC jogou um peso importante, com sua política de levar todo aquele potencial para os sindicatos e em submetê-lo às direções sindicais imobilistas.

De qualquer forma, a greve dos 300 mil inaugura uma nova forma de organização sindical: o Comitê Inter-sindical dá origem ao PUI - Pacto de Unidade Inter-sindical - organismo mais permanente, que reúne as direções do processo grevista, sindicalistas da capital e do interior de São Paulo.

Essa experiência repete-se em 1957, quando fruto das mobilizações grevistas de então, é criado o PUA - Pacto de Unidade e Ação, envolvendo sindicalistas do Rio e de S. Paulo. Em 1962/63, é criado o PAC - Pacto de Ação Conjunta - à partir do Comando Geral de Greve, reunindo não só sindicatos mas comissões de bairros e empresas, servindo de base de sustentação ao CGT.

Hoje, quando o movimento sindical caminha para a construção de sua Central Única, essas experiências têm que ser recuperadas. Mesmo sofrendo as tensões das direções sindicais pelegas e as limitações e distorções do sindicalismo oficial, esses organismos foram construídos na luta das diferentes categorias, unificando suas campanhas e reivindicações. Em nada se comparam, por exemplo, às Unidades sindicais de hoje, organismos de cúpula, sustentados pela burocracia dos aparelhos.

(Sérgio Ruckert)

Joaquim trai a CONCLAT

Apresentando uma escandalosa proposta de trocar o índice de produtividade a que os metalúrgicos têm direito por propostas esquivas e vagas de garantia do emprego, Joaquim Andrade divide o movimento sindical no momento em que a unidade se faz mais importante.

Por Antonio Nahas Jr.

Os metalúrgicos de S. Paulo foram surpreendidos com a proposta feita pelo Joaquim aos patrões: trata-se nada menos do que abrir mão do índice de produtividade em troca de estabilidade, delegado sindical e até mesmo comissão de fábrica. Isso se os patrões concordarem em ir até o Delfim, e proporem a reformulação da atual política recessiva. "O problema central", afirmou Joaquim à imprensa, "é a política econômica e nós vamos propor aos patrões que, juntos, discutamos essa política, e levemos ao governo uma proposta que crie 100.000 empregos, que é o que resolve a crise e reverte a recessão".

Esta proposta, aparentemente bombástica e cheia de novidades, é velha e muito conhecida do movimento operário. Se algum setor patronal possui divergências com o governo, e quer acumular forças para fazer passar sua política, nada mais natural do que expandir o campo das suas alianças. Se estes aliados são operários que se dispõem a diminuir seus salários, os argumentos ficam ainda mais convincentes. No mais recente jornal do sindicato, "O Metalúrgico", encontra-

mos duas coisas assim "... (o governo) está desativando bruscamente a indústria automobilística e de eletrodomésticos. Isso tudo é desemprego e falência no setor metalúrgico, nas indústrias que trabalham com o metal que mais temos, que é o ferro."

A proposta é dos patrões

Negociar o índice de produtividade em troca de estabilidade efetiva, delegado sindical e comissão de fábrica seria algo a se pensar. Mas, é bastante curiosa a formulação da proposta. De cara, os metalúrgicos colocam que abririam mão de 15% de produtividade que estariam exigindo, sem nenhuma especificação do tipo de estabilidade reivindicada, das condições para a dispensa, do tipo de comissão de fábrica desejada etc.

A disposição para rebaixar os índices salariais, no início da campanha, quando as negociações com os patrões mal começaram, em troca de vagas promessas de criação de empregos e de reivindicações genéricas, chega a ser espantosa num negociador que se considera "hábil", como o Joaquim.

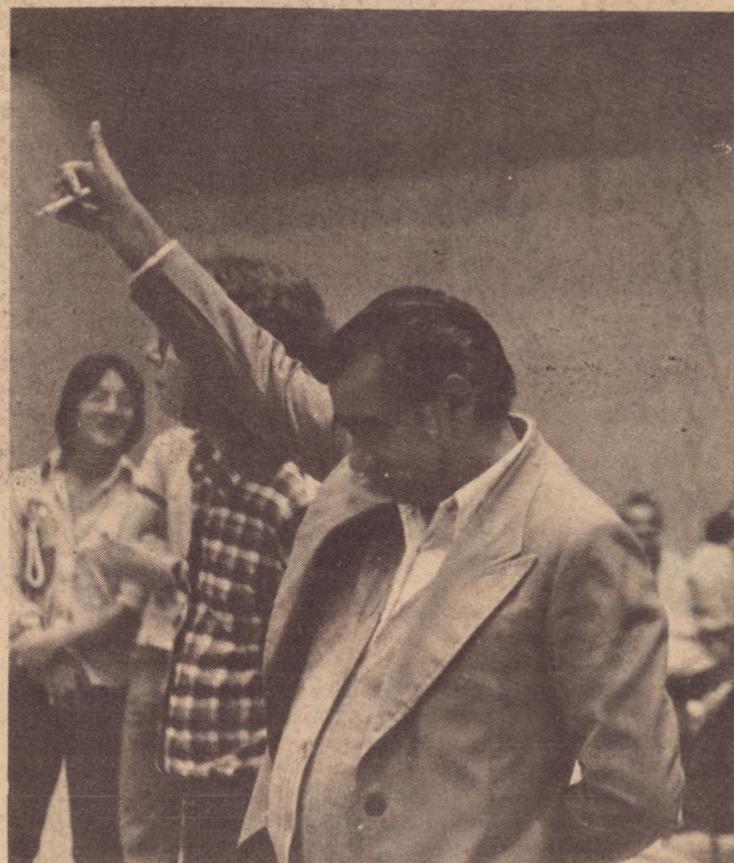
As coisas talvez se esclareçam quando vemos que o que é colo-

cado em jogo, são modificações na política salarial, alvo sistemático de ataques da burguesia.

Além do Delfim, que sempre considerou a semestralidade dos reajustes fator inflacionário, tivemos em maio deste ano a tramóia do salário-mínimo, onde nas regiões sudeste e sul, os 10% acima do INPC não foram incorporados ao seu cálculo. A FIESP também propôs, em agosto de 1981, a retirada do adicional de 10% sobre o INPC para quem ganha na faixa de 1 a 3 salários-mínimos, em troca de algumas concessões a serem negociadas. E nem mesmo os velhinhos aposentados escaparam: o governo aproveitou-se do "rombo" do INPS para abrir um rombo nos seus bolsos, metendo a mão nos 110% do INPC a que tinham direito.

Até mesmo um banqueiro, o Sr. Teófilo de Azevedo Santos, teve a cara de pau de propor a retirada da semestralidade e os 10% do INPC, considerando-os inflacionários...

Agora, felizes, os patrões conseguiram que um peixe caísse na sua rede dando a dica: "eu não negociei o adicional de 10% além do INPC" diz Joaquim, "mas a taxa de produtividade eu estou



disposto a discutir. pior a crise não interessa aos trabalhadores..."

Ruptura da unidade

Na verdade, esta proposta é uma ruptura da unidade política observada na 1ª CONCLAT. Ali, a resposta esboçada à crise, à inflação, ao desemprego, constituiu-se basicamente na estabilidade no emprego, na redução da jornada de trabalho, no fim das horas extras. Para a conquista disso, lançou-se a necessidade de união nacional das campanhas e a preparação da greve geral. Não se fez nada mais do que resgatar

aquilo que o próprio movimento sindical já havia colocado em várias ocasiões, como a votação da Volks, as greves da Ford e da Fiat. A CONCLAT reafirmou estas propostas e as vozes dissidentes pouco se mostraram. Agora, surge esta verdadeira cunha no movimento sindical, esta quinta coluna patronal, que adapta-se aos patrões. Trata-se de uma verdadeira sabotagem das decisões unitárias da CONCLAT. Os reformistas, que não tiveram coragem de um enfrentamento político aberto naquele momento, não têm nenhum pudor em defender agora francamente as idéias dos patrões e do governo.

Água fria nas campanhas

Além das demissões, os trabalhadores estão enfrentando um outro obstáculo nas campanhas salariais: um boicote quase explícito de várias diretorias sindicais. Contagem, uma base que reúne 62 mil metalúrgicos, com dissídio em 1º de outubro, teve a primeira assembleia da campanha realizada em 13 de setembro.

Em São Paulo, as primeiras assembleias metalúrgicas só aconteceram no dia 25 de setembro, numa sexta-feira, dia de "vale" em quase todas as grandes empresas. No sindicato do Joaquim foi realizada uma das menores assembleias dos últimos tempos, com a presença de cerca de 350 pessoas.

Além da sua má preparação, não foi precedida de nenhuma organização regional de cam-

panha, nem de reuniões por fábrica.

A afirmação antecipada da disposição de abrir mão da produtividade deve ter, seguramente, jogado ainda mais água fria na campanha. Esta discussão, inclusive, polarizou a assembleia. Após a aprovação em bloco de todo o elenco de reivindicações (que inclui INPC + 15%; estabilidade no emprego, 100% sobre horas extras etc), veio à tona a proposta já divulgada no jornal "O Metalúrgico" que convocou a assembleia.

Até mesmo os apoiadores do jornal **Tribuna Operária** e do **HP** falaram contra a proposta do Joaquim. E nem o próprio Joaquim a defendeu com entusiasmo. O Partidão, habilmente, colocou um seu aliado, o ex-

oposicionista Flores, para servir de boi-de-piranha na assembleia. Argumentando que os empresários não teriam condições de pagar o índice e ao mesmo tempo manter o quadro de empregados, propondo que os operários acreditem nos cálculos dos empresários, não conseguiu sequer terminar o seu discurso.

Infelizmente, a assembleia não foi deliberativa sobre esse ponto, não se chegando a um ponto, não se chegando a uma opinião final. Na próxima, este debate deve voltar. Não se aprovou **também** nenhuma forma de organização e continuidade da campanha, nem se tirou, como se fazia todos os anos, comissão de negociação, apesar de várias propostas terem sido feitas pela oposição sindical metalúrgica. Este ano, ao que indica, o Joaquim quer

negociar em particular com os patrões.

Osasco

Em Osasco, o panorama foi parecido com S. Paulo. Com a diferença de que não constou do elenco de reivindicações a proposta de negociar produtividade por estabilidade. A primeira assembleia contou com cerca de 50 pessoas e, novamente, foi negada a eleição de uma comissão de negociação. Novamente, não se tirou nenhuma forma de organização e de continuidade da campanha salarial.

A única novidade foi a realização de uma assembleia de desempregados, propondo formas de organização dos trabalhadores que estão fora da fábrica. A última das assembleias, chegou a reunir 70 pessoas. (R.M.)

Traição inaceitável

“As propostas de abrir mão da produtividade, rebaixar o índice etc têm sido feitas pela FIESP. O que eu não esperava é que um dirigente sindical, um representante dos trabalhadores, viesse defender essas propostas. E o que é pior, sem consultar a categoria, que já recebeu essa posição pronta, através do jornal do sindicato e de entrevistas do presidente do Sindicato aos jornais.

Se nós fizermos isso hoje, nós todos estaremos traindo a categoria. E mais que isso: a importância da campanha dos metalúrgicos é tão grande, diante das outras categorias, que esta nossa posição seria trair a marcha de toda a classe operária.” (Walde-mar Rossi, o candidato da oposição metalúrgica mais votado nas recentes eleições do sindicato).

Canavieiros de Pernambuco



Canavieiros de Pernambuco: de novo na luta

Na mira dos patrões

Quarenta mil trabalhadores empregados no cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco, estão às vésperas da greve. As negociações com os patrões chegaram a um impasse logo do 1.º item do elenco de reivindicações apresentadas pelos Sindicatos: INPC de outubro mais 12,8% de produtividade.

Nos anos anteriores, os 43 sindicatos e os 240 mil trabalhadores da região foram à greve conquistando entre outras coisas, o reconhecimento do delegado sindical, o auxílio doença e o aumento de tarefas.

Este ano, apesar do apoio da CONTAG, da participação da FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) e da realização, em agosto, do 1.º Congresso dos Delegados Sindicais dos Trabalhadores de Engenho e Arruados, apenas 5 dos 43 sindicatos da região conseguiram quorum para a aprovação do elenco das reivindicações. Somente nos municípios de Rio Formoso, Jaboatão, S. Lourenço da Mata e Paudalho está havendo uma forte preparação.

Isto se deve à crescente pressão patronal. Insatisfeitos com os resultados dos anos anteriores, os patrões modificaram a diretoria do seu Sindicato, colocando uma mais intransigente e agressiva. Redobram também seus esforços de

perseguição e difamação da atividade sindical. Além de mobilizar seus capangas, fornecedores de cana e usineiros chegaram a apresentar na mesa de negociações a posição de retirar os direitos adquiridos na campanha de 79. No engenho Jacobina, um trabalhador rural foi assassinado.

As reivindicações básicas dos trabalhadores são as seguintes:

Aumento e unificação de salário; manutenção e melhoria das conquistas do dissídio de 80; terra para plantar o sítio; auxílio-doença durante todo o ano; estabilidade do delegado sindical; restauração das casas; garantia da tabela e combate ao roubo da vara e da balança.

“A nossa força está na organização da classe e no amplo apoio dos companheiros e amigos de todo o País, do campo e da cidade (...) Solicitamos à intersindical de cada Estado que forme um COMITÊ DE APOIO à nossa Campanha Salarial”.

Enquanto fechávamos esta edição, estava sendo decidida a deflagração ou não da greve. A Comissão de apoio ao movimento reivindicatório pede que seja enviada qualquer ajuda financeira para a Conta 3604/5 - Banco Nacional do Norte - Agência 213 para Euclides de Almeida do Nascimento. (J.N.)

Construção civil de SP

A oposição continua a luta

Por 2904 votos contra 463, a chapa 2, Pedro Pedreiro, da Construção Civil de São Paulo, foi derrotada pelos pelegos nas eleições sindicais. O resultado não surpreendeu ninguém que acompanhou as eleições. O número de urnas que saíram sem fiscal, o número de votos em separado, as urnas itinerantes que voltavam apenas com votos da chapa 1, davam a idéia de um processo eleitoral totalmente viciado e corrompido.

A listagem dos votantes foi feita pela diretoria que reduziu propositadamente o quorum e selecionou a vontade seus eleitores. Para termos uma idéia, dos 2904 votantes, 1600 estavam listados em separado, sem que se pudesse ter a mínima informação, por exemplo de seu local de trabalho ou até mesmo se estavam vivos.

Após a apuração, a oposição sindical da Construção Civil se reuniu, discutindo a continuidade dos trabalhos. Todos consideraram positiva a participação no processo, atribuindo a derrota ao fato de que a categoria em São Paulo não passou ainda por grandes lutas, que contribuissem para democratizar um pouco o Sindicato. Mesmo assim, avaliou-se que com um quorum eleitoral menos viciado e sem fraude, a votação da chapa 2 seria muito mais expressiva.

A oposição, agora, vai iniciar um trabalho de consolidação nas principais regiões, uma campanha de sindicalização e a participação nas atividades sindicais, a começar pela presença organizada nos encaminhamentos definidos pela CONCLAT.

Bancários Porto Alegre Ganha a chapa apoiada por Olívio

Conquistando mais de 68% dos votos, a chapa 1, “Certeza de Trabalho e combatividade”, foi eleita para a diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

Ainda em meio à festa da vitória, EM TEMPO ouviu uma das novas diretoras do sindicato, Oraida Maria Urbanetto de Souza, militante do PT.

— Qual o significado da vitória da chapa 1?

Oraida — Em primeiro lugar significa uma derrota da política colaboracionista da auto-intitulada “Unidade Sindical”, representada pela chapa 2. Significa, também, a reafirmação da confiança da categoria em seu sindicato e em uma linha combativa para o movimento sindical.

— Como militante do PT, como você viu a campanha da chapa 2, centrada na acusação de que o sindicato teria se transformado em órgão político-partidário?

Oraida — Foi uma tentativa da chapa 2 de desviar o debate das questões mais candentes do movimento sindical hoje, como por exemplo, a questão da contribuição sindical, da liberdade e autonomia sindical. O PT é bem claro em seu programa quanto à questão da autonomia dos sindicatos em relação aos patrões, ao Estado e aos partidos políticos.

Porém, não há como negar que, tendo nascido no bojo do movimento dos trabalhadores, colado às suas lutas, é o partido que melhor responde aos anseios destes próprios trabalhadores. É isto que explica o grande número de ativistas sindicais que hoje se identificam com o PT. A vitória da chapa 1 é a vitória do sindicalismo autêntico e combativo, com que o PT se identifica.

— Algum destaque nas eleições?

Oraida — Sim, o desempenho da chapa 1 no Banrisul, banco com larga tradição de combatividade, que conta com grande número de companheiros de base que se destacam nas lutas da categoria e que apoiaram a chapa 1. Nas três urnas do Banrisul, o percentual de votos dado à chapa 1 foi de mais de 77%.

— E o sindicato daqui para frente?

Oraida — Vamos nos jogar a todo vapor para fortalecer várias frentes de trabalho como cinema, teatro, grupo de mulheres, jornais, etc. Isto visando uma participação mais ativa da base dentro do sindicato. Num outro nível, se coloca a organização da base propriamente dita. Deveremos fazer todo o esforço para a constituição de comissões por local de trabalho, com voz ativa dentro do sindicato.



A chapa 1, “Certeza de Trabalho e combatividade”

Engenheiros do Rio Sindicato realiza 1.º congresso

Tendo como eixos os temas do salário, do desemprego e da dependência tecnológica, 700 engenheiros do Rio de Janeiro realizaram o seu 1.º Congresso. O expressivo comparecimento a essa iniciativa promovida pelo sindicato só mostra o intenso processo de politização por que passa esta categoria, composta no passado de “ilustres” profissionais liberais. Hoje a grande maioria é composta de trabalhadores assalariados, com problemas de emprego e salário.

No Congresso, foi aprovada um manifesto dirigido ao “governo e à sociedade”

cujo centro é a reivindicação de participar do “projeto de reformulação do modelo econômico”. Outras resoluções deliberadas propõem um leque de medidas para desenvolver a tecnologia nacional e evitar a depredação dos recursos naturais. Como condição para sua implementação, as resoluções apontam a necessidade da democratização do país.

Uma lacuna do Congresso foi a de não ter discutido as propostas da CONCLAT para o 1.º de outubro.

(Ricardo Alves)

Brasília, 27/9/81:
Convenção
Nacional do PT

O povo tomou conta do Senado da República

Cerca de mil pessoas ocuparam o Senado da República, lotando suas dependências e decorando-o ao seu gosto com faixas e bandeiras, para festejar a última etapa da conquista do registro definitivo do PT junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Desde as primeiras horas da manhã do domingo, petistas de vários pontos do país chegavam a Brasília. Alguns já haviam vindo antes, para a reunião do Diretório ou para o churrasco de comemoração realizado na noite do sábado no Clube do Congresso. Chegando em caravanas de ônibus (de Minas e São Paulo) ou aos grupos, dos estados mais longínquos e das periferias da capital, o fato é que, por volta das 10 horas, as galerias e o pequeno, porém suntuoso plenário do Senado Federal, todo revestido de tapetes azuis e com o seu teto prateado, estava completamente lotado por mais de mil petistas. E, apesar do contraste gritante entre o luxo do local e o tom popular da massa e da decoração de faixas e bandeiras do partido dependuradas por todos os cantos, o povo ocupou o Senado e, à vontade, fez ali o seu dia e a sua casa.

A votação tem início logo após o hino nacional e, por volta das 11 horas, um número bem superior ao quorum mínimo legal já havia votado referendando as resoluções e a direção tirados na pré-convenção nacional do partido. Um por um, os membros recém eleitos são chamados e o Diretório Nacional é empossado aos gritos "PT! PT! PT!", palmas e a cantiga que deu ibope na convenção (ver ao lado). E, em seguida, o intervalo para o almoço, entrando todos de barriga cheia no ponto alto da festa, à tarde.

Desde a mesa, Lula, pela direção do partido, anuncia, saúda e oferece a palavra a convidados presentes: o senador Teotônio Vilela pelo PMDB, o deputado Thales Ramalho pelo PP e um representan-

te do PDR: um senador do Partido Comunista Italiano e um deputado do Partido Socialista Operário Espanhol, que são chamados também à mesa; 15 embaixadores de vários países entre eles o representante da Organização pela Libertação da Palestina que, ao fazer uso da palavra, traz o plenário abaixo em palmas e aos gritos "OLP-PT! OLP-PT!"; e o presidente da UNE. Igualmente são lidas as mensagens de congratulações enviadas por outros partidos estrangeiros: social democrata alemão, sueco e canadense; democracia cristã italiana, Grupo de Socialistas Democráticos Americanos, Enrico Berlinguer (Secretário Geral do PCI), senador Edward Kennedy dos EUA, e Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua - o plenário, num vibrante entusiasmo, vem novamente abaixo com palmas e vivas à revolução sandinista.

Feita esta apresentação, num espaço de tempo aberto estilo pinga-fogo, vários petistas usam a palavra livre e intervêm discursando sobre o problema do índio, do campo, da crise econômica e do desemprego, dos negros, da cultura e da Lei de Segurança Nacional.

E chega-se assim, finalmente, ao ponto alto da convenção que foi o longo e esperado discurso de Lula para o encerramento da convenção (ver págs. 10 e 11).

Para em seguida, em meio a palmas, gritos e cantorias, todos se dirigem para a rampa de entrada do Congresso onde, já começando a escurecer, subiam centenas de balões vermelhos selados: PT, Saudações!



Taí o PT

O hino improvisado pelo plenário para comemorar a vitória da convenção, cantando ao som de "Taí, eu fiz tudo prá você gostar de mim..."

Taí, eu dizia que o PT ia sair
Só você é que não quis acreditar
Venha ver, venha ver
O PT se organizar

Esta história de votar em patrão
Já está dando é muita confusão
Vamos votar é no trabalhador
Porque ele vai ser o nosso defensor

O PT e os 'poderes'

Um levantamento da presença atual do PT nos legislativos e executivos.

Congresso Nacional — Câmara dos Deputados

2 deputados por São Paulo
1 por Mato Grosso do Sul
1 pelo Maranhão
1 por Santa Catarina

Assembléias Legislativas

6 deputados em São Paulo
1 no Rio de Janeiro
1 em Goiás

Prefeituras

Prefeito de Cumari - GO
Vice-prefeito de Piracicaba - SP
Vice-prefeito de Poté - MG
Vice-prefeito de Prudentópolis - PR
Vice-prefeito de Itapiranga - AM

Câmaras de Vereadores

11 vereadores no Estado de São Paulo
8 no Rio Grande do Sul
4 em Minas Gerais
3 no Acre
3 em Goiás
2 no Mato Grosso do Sul
2 no Amazonas
1 em cada: Paraná, Pernambuco, Maranhão, Pará, Santa Catarina e Ceará.
TOTAL de vereadores: 38

O Estados que realizaram Convenção Estadual e portanto participaram da Convenção Nacional foram os seguintes:

ESTADOS	NÚMERO DE DIRETÓRIOS
Acre	7
Amazonas	11
Ceará	53
Espírito Santo	17
Goiás	53
Maranhão	36
Mato Grosso do Sul	14
Minas Gerais	172
Pará	19
Paraíba	37
Paraná	73
Piauí	26
Rio Grande do Sul	61
Rio de Janeiro	36
Santa Catarina	48
São Paulo	195
Total	858

Também realizaram Convenção Regional, o Distrito Federal que conta atualmente com sete Diretórios Distritais e o Território de Rondônia que fez dois Diretórios Municipais.

A primeira reunião do Diretório

Aproveitando o fim de semana da convenção, os membros do Diretório Nacional do partido reuniram-se pela primeira vez no sábado à tarde, na sala Nereu Ramos na Câmara dos Deputados.

Numa discussão rápida definiram-se já vários pontos. Em primeiro lugar a necessidade, compartilhada por todos, de o Diretório realmente se constituir como a direção política nacional do partido. Para isso uma próxima reunião ficou marcada para a data 31/10 a 2/11 em São Paulo onde, durante três dias, será estruturado o trabalho para o ano de mandato. Ficou-se também uma periodicidade mínima de três meses para as reuniões ordinárias do Diretório.

Entrando na matéria propriamente política, o Diretório aprovou, para ser submetida à convenção na manhã seguinte, uma nota sobre o Dia Nacional de Luta. No plano das eleições, a pressão para a discussão era grande, sobretudo em torno de uma posição "mais clara" do partido sobre a questão das coli-

gações. Se entretanto não houve tempo para a discussão, Lula, a título preliminar, frisou: "Temos uma posição clara da pré-convenção nacional e temos que ter mais claro e mais sério ainda que nossa tarefa agora é a organização pela base, a nucleação levada à prática, e não entrarmos neste jogo de cúpulas para o qual querem nos arrastar. A nucleação, diria eu, é a própria razão de ser do PT. Ou levamos a sério isso ou dentro de dois a três anos nos teremos tornado um partido convencional a mais."

A reunião abriu espaço também para que vários outros dirigentes manifestassem sua insatisfação com a lentidão e frouxidão do movimento sindical, estudantil, à questão do campo etc. Ficou patente e consensual que, passada agora a etapa da legalização, esta próxima reunião do Diretório terá que pegar prá valer estes problemas efetivos da construção de um verdadeiro partido dos trabalhadores.

O discurso no encerramento da convenção nacional

Lula começou explicando que era a segunda vez em sua vida que iria ler um discurso escrito (a primeira foi na posse do sindicato em 1975). Em seguida, interrompido insistentemente por aplausos e vivas do plenário, apresentou um profundo balanço do partido, de sua história, de suas relações com o movimento popular, da sua natureza socialista. A representatividade inquestionável de Lula e o rigor de seu discurso fazem deste texto uma peça política fundamental para o partido, para a sociedade e para a história do movimento operário no país.

Companheiros e Companheiras:

Em nome da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores e em meu próprio nome, quero expressar às companheiras e aos companheiros a grande alegria com que vemos a realização desta nossa Primeira Convenção Nacional. (...)

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, a todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar de algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em Junho deste ano para a formação das nossas Comissões Municipais, os descrentes diziam: "O PT não conseguirá". Nós conseguimos e formamos 627 em todo o país. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiações, os descrentes diziam: "O PT é inviável". Conseguimos e somos hoje perto de 300 mil em todo o país. Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos exigidos em lei nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove Estados. Nós, petistas, temos certeza de que voto não será o nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorreremos nos mesmos erros daqueles que pretendiam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo Brasil. É

um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária (...)

Nosso partido é uma inovação histórica na vida política e na esquerda brasileira também.

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma corria de transmissão do partido. Defendemos sempre a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos (...)

Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre o capital e o trabalhador. Queremos que o trabalhador seja dono dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho.

Acusam-nos de ter abandonado o sindicalismo para fazer política (...) Companheiros: em nosso país o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada

LULA



da para melhorar as relações entre o capital e o trabalho. Mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nosso luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

Lutamos pela Central Única e não por uma central de trabalhadores para cada cabeça.

Em todos esses anos, desde que surgiu o Partido, jamais nos afastamos do sindicalismo - e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos "perder tanto tempo indo à porta de fábricas". Queremos deixar bem claro uma coisa: o dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, ou locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapadas, de conchavos nos bastidores (...)

Hoje o movimento sindical passa por um momento muito importante: o da criação da Central Única dos Trabalhadores, de cuja co-

missão executiva preparatória fazemos parte. Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores para cada cabeça. A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admite que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política. Não é em aliança com pelegos que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?

O Brasil é certamente um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma Reforma Agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários, embora o governo se diga defensor da propriedade... A única "reforma agrária" que nosso país conheceu foi quando a Metrópole portuguesa o dividiu em Capitânias Hereditárias. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

O PT apoia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito de terra para

quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores, com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia (...)

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é sem dúvida o mais grave em nossa conjuntura. E ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos que, em princípio, são típicos do nosso solo (...)

O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um Partido dos Trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego-fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado (...)

O homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos.

Mudou muito o cenário político de nosso povo nesses últimos anos. Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de centralizar a organização do movimento popular. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como o nosso Partido, têm suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesses específicos a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos.

Eganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas

se apoia o sindicalismo brasileiro. No bairro da cidade ou no local de moradia da roça, os trabalhadores têm mais liberdade para se encontrar, para se reunir, para se organizar e levar adiante suas lutas sindicais, com a participação de suas esposas, de seus filhos e de seus vizinhos. Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima (...)

É modificando em cada lugar deste país as relações sociais e as relações de produção que nosso povo chegará um dia a modificar em todo o país as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho.

Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto no bairro e pelo melhor preço da safra no campo. É modificando em cada lugar deste país as relações sociais e as relações de produção, que o nosso povo chegará um dia a modificar em todo o país as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho.

Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, descrevadas do lar, de trabalhadoras super exploradas. A luta das mulheres deve ajudar, a nós homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global detodas os brasileiros por sua libertação. A questão feminista não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses (...)

A questão feminista não interessa só às mulheres.

Há, em nosso país, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas (...)

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso Partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a FUNAI de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o INCRA e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura (...)

Companheiros! Pesa sobre nós e sobre todos que, neste país, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto esta lei existir, legitimando o aparelho repressivo. Cabe a toda a nação manifestar o seu repúdio à essa legislação. O Estado de direito só será reestabelecido quando ela se constituir vergonhosa lembrança para nossos juristas e magistrados e o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror.

O Estado de direito requer o desmantelamento total do aparelho repressivo.

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos da Igreja e demais setores de nossa sociedade civil. A certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o



risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora (...)

Algumas coisas é preciso deixar bem claro: somos um Partido legal, um Partido de massa, aberto a todos os brasileiros que aceitam o nosso programa político e o assumem em sua prática social. Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais aceitamos que a bitola partidária do regime autocrático fosse o critério de unidade (...)

Sabemos que diversas tendências políticas encontraram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular.

Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém. Interessamos que todos se-

jam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessamos que companheiros não queiram fazer de nosso Partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos jamais que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido.

Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações e posições que não se coadunam a seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas inten-

ções não são aceitas pelos trabalhadores.

Os desvios a que todos estamos sujeitos: economicismo, politicismo, vanguardismo, esquerdismo, voluntarismo, eleitoralismo, burocratismo e o oportunismo.

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso Partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar sempre mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores (...)

Quero ainda ressaltar nosso apreço por esses companheiros que, em todos os rincões do país, dão mostras de serviço efetivo aos interesses populares, enfrentando toda sorte de perseguições, calúnias, prisões e expulsões: os membros das comunidades eclesiais de base e os padres e bispos ligados a elas. Não somos um partido confessional e não aceitamos que a Igreja interfira em nossas atividades, assim como não queremos interferir nas atividades da

Igreja. Entre a Igreja e o Partido deve haver clareza de funções diferentes, distintas, embora muitas vezes estejamos na vida oprimida e injusta de nosso povo, unidos pelo mesmo anseio de libertação (...)

Não seremos jamais um partido de crentes ou de ateus. Para nós a divisão é outra: o PT nunca representará os interesses do Capital.

Mas não seremos jamais um partido de crentes ou de ateus. Para nós a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão. O Partido dos Trabalhadores não poderá jamais, representar os interesses do Capital (...)

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático (...)

Alguns militantes construíram para si a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade do Partido. E por isso sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviaram do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne, e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como

diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? Mas o problema não é apenas este. Não basta a alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos por acaso obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos por acaso obrigados a seguirmos o aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contactos internacionais (...)

Nós do PT sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Mas o socialismo que nos covem não é nem aquele que na verdade é uma gerência da crise capitalista nem o socialismo burocrático.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém nem está em nosso horizonte adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui, sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

Muito obrigado a todos.

Professores em campanha

No dia 23 de setembro mais de 25 mil professores universitários pararam suas atividades. Exigiam mais verbas para educação, ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia e democratização da Universidade. Reivindicavam também reajustes semestrais, e 45% de reposição salarial para as Universidades públicas, estabilidade no emprego e plano de carreira para as Universidades particulares. O enquadramento dos professores colaboradores nos quadros das universidades é outro ponto de reivindicação, junto com a revogação do decreto lei 6733, que retira da comunidade acadêmica os poderes para eleger seus dirigentes.

Reunida em Brasília nos dias 26 e 27 de setembro a diretoria da ANDES estabeleceu como pontos específicos a serem negociados com o governo a reposição salarial, reajuste semestral a partir de setembro e a absorção dos colaboradores. Os próximos passos serão a entrega das reivindicações ao MEC dia 29 de setembro com prazo até dia 15 de outubro para a resposta. O resultado das negociações serão avaliados em Assembléias Universitárias nos dias 19 a 21 de outubro, que decidirão sobre os encaminhamentos a serem seguidos. Uma greve geral pode ser decretada dia 23, quando a diretoria da ANDES se reunirá novamente com o resultado das mobilizações nos estados.



O segundo semestre será rico em mobilizações de professores

Por uma nova Universidade

Por Américo Bernardes

Depois de quase quatro anos de lutas isoladas, o movimento nacional dos docentes universitários se encontra frente a um de seus grandes momentos. A luta que vinha sendo desenvolvida isoladamente, seja por local de trabalho ou pelo tipo de Universidade a que estava ligado o professor (autarquia federal, fundação, particular), começou a tomar forma nacional a partir do ano passado e culminou com um processo grevista dos docentes das autarquias federais em novembro de 1980. Esse processo desemboca na criação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — ANDES.

A luta dos professores universitários deve ser colocada concretamente numa perspectiva de destruição de um modelo universitário que teve papel de veículo de ascensão social (hoje os profissionais são jogados em um mer-

cado de trabalho praticamente inexistente), mas que mantém intacta a condição de formadora de quadros a serviço do capital.

Desta forma, a luta dos professores tem um caráter fundamentalmente político, abandonando as características exclusivamente corporativistas (salários, condições de trabalho, etc.) e apontando para lutas mais amplas, em conjunto com as demais categorias de trabalhadores.

A luta é política

As lutas dos professores deverão se centrar em pontos que permitam a ampliação da discussão política, bem como seu fortalecimento junto a outras categorias de trabalhadores. As propostas tiradas no II CONAD (Conselho Nacional de Associações de Docentes) e que estão sendo discutidas em encontros por áreas, de-

vem focalizar os principais aspectos:

1. pela democratização das Universidades: contém as reivindicações de eleições diretas para todos os cargos de direção das Universidades, contra a centralização que é exercida por colegiados impostos aos professores, estudantes e funcionários.

2. pelo ensino público e gratuito: a reivindicação de ensino público coloca a perspectiva de uma Universidade controlada pelos trabalhadores, "a serviço do público", é necessário que desde agora já esteja colocada a questão da função da Universidade, e das propostas alternativas que o movimento dos professores pode apresentar.

3. pela universalização dos currículos: contra a departamentalização que cria técnicos voltados ao serviço da burguesia; contra a criação de um saber voltado à dominação; pela criação de um saber voltado aos interesses dos trabalhadores. Desta forma, é fundamental a luta pela autonomia universitária em relação ao MEC, SEPLAN, etc. A Universidade deve elaborar seus próprios currículos, planos de pesquisa, etc.

4. por melhores condições de trabalho; contra a política de desemprego, índice único de reajuste para todos os professores, reajustes semestrais etc.

Entretanto, existem correntes dentro do movimento que tentam ainda colocá-lo em uma proposta puramente economicista. Não será desta maneira que os professores encaminharão suas lutas no sentido de democratização geral das universidades. Estas correntes devem ser combatidas, pois pretendem isolar o movimento da luta geral dos trabalhadores.

Paraná Novo ciclo grevista

Os professores do 1.º e 2.º grau da rede pública no Paraná têm dado o termômetro para o movimento do magistério. Foram os primeiros a saírem em greve em 1978 e, no ano seguinte, junto com seus colegas de S. Paulo, deflagraram um processo grevista que atingiu a maioria dos estados do país.

Desde o dia 11 de setembro cerca de 80% dos professores paranaenses estão em greve novamente, reivindicando 13.º salário e um piso no valor de dois salários mínimos e meio. O go-

verno responde com a já tradicional saída de um abono, mas os professores exigem que seja transformado em aumento imediato.

Nem mesmo o recesso escolar decretado por onze dias depois de iniciado o movimento, conseguiu diminuir sua força. Ao contrário, no momento de fechamento desta edição, com dezoito dias de paralização, os professores decidiram manter a greve por tempo indeterminado, até o atendimento de suas reivindicações. (L.A.)

RG do Sul Democratização da Escola

Fruto das mobilizações de novembro de 1980 dos professores do ensino público do Rio Grande do Sul, foi criada uma comissão mista de professores e de membros da Secretaria de Educação encarregada de "discutir critérios de escolha de diretores."

Assunto de importância capital, visto que nele reside a principal questão da democratização nas escolas estaduais. E que aparece, inclusive, no programa defendido pela atual diretoria do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS).

Após vários meses de reuniões, das quais a categoria não recebeu nenhuma informação, foi acertado com o governo um projeto de lei que estabelece a eleição, pelos professores, de uma lista tríplice, cabendo ao Secretário da Educação a escolha final do diretor. O que entra em desacordo com toda a discussão feita durante as assembléias da categoria nos

últimos dois anos que propugnou sempre pela eleição direta do diretor pelos alunos e professores em cada escola. Existe inclusive, uma emenda institucional nesse sentido, tramitando na Assembléia Legislativa.

A luta por eleições para diretores de escola é um ponto da pauta de reivindicações do movimento do magistério, com apoio do movimento estudantil secundarista organizado. A democratização da escola e a transformação do ensino pela participação não só dos professores mas também dos pais e dos alunos é uma proposta que anima o professorado gaúcho.

Derrotada em sua tentativa de fazer passar suas propostas no conselho de representantes do CEPERS, a diretoria da entidade teve de aceitar a exigência do magistério de convocar uma assembléia geral onde serão avaliados e votados os encaminhamentos a serem seguidos. (A.M.)



Criar a força estudantil do PT

Por Américo Antunes (*)

A reunião nacional de estudantes do PT realizada no dia 26 em Brasília foi até hoje o debate de maior peso no interior do partido no sentido de unificar a sua intervenção no movimento estudantil. Com muita controvérsia na sua convocação, tendo sido inclusive desmarcada por Altino Dantas e confirmada por Jacó Bittar, a reunião contou com a participação de militantes de nove estados e do Distrito Federal, além da presença de Altino Dantas e Airton Soares (líder da bancada do PT na Câmara Federal) representando a direção nacional.

Explicando os problemas de convocação por questões de infra-estrutura e pelo precário debate existente no interior do partido, os companheiros da direção reconheceram a importância dessa reunião para subsidiar o Diretório Nacional na formulação de uma linha para o movimento estudantil. De acordo com Altino Dantas, essa discussão "será ponto prioritário na próxima reunião da Executiva Nacional do partido". Já na reunião do Diretório Nacional, ocorrida em Brasília no próprio sábado, Airton Soares ressaltou a importância e a urgência do PT definir uma linha para o movimento estudantil.

A responsabilidade política do PT

A principal proposta saída da reunião foi a de que a direção Executiva do PT convoque um encontro nacional dos estudantes petistas a ser realizada no Rio de Janeiro, antes do Congresso da UNE. Para enriquecer o debate e esclarecer posições, foi sugere-

rido que as tendências estudantis identificadas com o PT elaborem documentos explicitando as propostas para o movimento.

O PT já está atrasado neste debate. Há algum tempo, o movimento estudantil vem passando por uma séria crise de direção, emaranhado num aventureirismo vanguardista, sem conseguir canalizar as reivindicações estudantis com a força necessária para quebrar a postura rígida do MEC que se nega até a negociar diretamente com a UNE.

A reconstrução da UNE envolveu por vários anos a luta de milhares de estudantes do Brasil inteiro. Foi sem dúvida um marco político fundamental para a oposição brasileira. Dois anos depois de seu Congresso de Reconstrução, a entidade encontra-se esvaziada, distante dos estudantes e com escasso poder de mobilização.

O exemplo mais vivo desta situação foi o ato público em defesa da Universidade convocado pela sua diretoria para a praça da Sé em São Paulo ao qual compareceram menos de 150 pessoas. Convocado apenas pela imprensa, e tendo o objetivo equívoco de apoiar o general Ludwig em suas brigas intestinas com o ministro Delfim Neto, o gesto da diretoria da UNE se esquece que se a proposta orçamentária do MEC é menos ruim do que a do Ministério do Planejamento, ela nem de longe atende às necessidades da educação.

A intervenção do PT enquanto força organizada certamente abriria novas perspectivas para o movimento. Reuniria num bloco de peso forças que hoje estão dis-

persas, atuando sem unidade. Estimularia a ligação do movimento estudantil com a fração mais combativa dos trabalhadores brasileiros, num momento em que a crise da educação é cada vez mais parte da crise geral que passa a sociedade.

Forjando a unidade

Forjar uma intervenção para o movimento estudantil não significa passar por cima das diferenças reais que existem entre as tendências estudantis petistas. Pelo contrário, significa aprofundar o debate no interior do partido, realizando uma síntese entre as diversas contribuições e resgatando o melhor que a experiência do movimento estudantil já acumulou em todos estes anos.

Esses passos começam agora a ser dados. Apesar dos percalços na preparação da reunião nacional, é notável a receptividade que a proposta vem tendo junto às bases do partido e inclusive entre as direções regionais.

Cabe agora à direção nacional levar adiante os encaminhamentos propostos e fazer circular a convocação de forma oficial para o Encontro Nacional já no início deste mês. Neste momento decisivo, o PT tem a responsabilidade política de não decepcionar os milhares de estudantes que há muito esperam da direção nacional o apoio aos seus esforços de construir também na Universidade o ponto de vista dos trabalhadores.

* Américo Antunes é militante do PT presidente da UEE-MG e um dos articuladores do encontro dos estudantes petistas.

Rio de Janeiro Os primeiros passos

O PT deve se organizar onde houver movimento de massa. É importante e a Comissão Regional vai contribuir no que puder para estruturar a intervenção do PT na Universidade". Assim, o companheiro Cid Benjamim abriu o I Encontro dos Estudantes do PT/RJ. Estavam presentes na abertura do encontro mais de 100 estudantes, das principais escolas da cidade do Rio. A realização do encontro representou passos adiante na construção do partido, mas também expressou problemas, principalmente quanto à participação do conjunto dos militantes nas deliberações.

Os passos adiante são claros se compararmos o sentido das resoluções decididas com a situação de dispersão das forças petistas, de ausência da perspectiva de partido que existiu até agora entre os militantes no Rio e mesmo no Brasil. As resoluções apontam a necessidade da intervenção unitária no movimento, tendo por base a elaboração de uma linha política para ser discutida em todo o partido.

Esta linha deve se basear, segundo as resoluções, na democratização interna do movimento e na luta pela transformação do ensino na perspectiva dos trabalhadores. Mais ainda, o PT deve buscar construir uma alternativa de direção para o movimento inclusive nos seus momentos eleitorais. Mesmo que ainda

vagas e tendo que percorrer um caminho prático de lutas, estas resoluções são um ponto de partida importante. Além disso, a eleição de uma comissão estudantil do PT composta majoritariamente por militantes empenhados em sua construção reforça as possibilidades de concretizar este rumo.

Por outro lado, a centralização dos debates em torno às tendências internas do PT implicou num certo esvaziamento do próprio encontro. Este é um problema que deve ser entendido em suas raízes sob o risco de não construirmos o partido na Universidade.

O esvaziamento e a centralização dos debates nas tendências é uma consequência, e não a origem, do estado em que se encontra a organização dos núcleos de base do PT, particularmente os núcleos estudantis. Mas é claro também que há tendências estudantis que jogam para a não construção do PT como partido real e interventor e isso se expressa principalmente na sua prática em relação às estruturas de base do partido. Exemplo disso, foi a omissão total de algumas tendências na preparação do Encontro e o fato deste ter reunido um número de estudantes bem abaixo daquele que o PT hoje influencia. Um quadro que precisa ser superado para que a proposta do PT avance no movimento estudantil.

(da Sucursal)

R.G. Sul: uma alternativa

No Rio Grande do Sul, as eleições para a UEE foram adiadas para os dias 7 e 8 de outubro em função da realização do 1º de outubro. Com o adiamento, as eleições coincidirão com o processo eleitoral em três DCEs - Caxias do Sul, Unisinos e Federal do Rio Grande do Sul.

As eleições mais importantes são para a UEE-RS, onde os estudantes gaúchos terão a oportunidade de construir uma alternativa para o movimento. Três chapas concorrem: **Passo Firme**, apoiada pelos jornais HP, Tribuna e pelo antigo cavaleiro da esperança Luiz Carlos Prestes; **Mobilização Estudantil**, das tendências Liberdade e Luta e Convergência Socialista, e **Travessia**.

A grande novidade é, sem dúvida, **Travessia**, composta pela tendência Peleia, os companheiros de Resistência (que já

participaram da tendência Caminhando) e vários estudantes não articulados em tendências. Essa chapa, mais do que uma composição, representa o surgimento de uma alternativa para o movimento estudantil gaúcho retomar sua tradição de lutas e organização de base, como forma de conquistar suas reivindicações.

Para os três DCEs, as eleições são um processo complicado, pois ao todo concorrem 14 chapas, revelando o grau de fracionamento do movimento estudantil. Seis disputam o DCE-UFRGS, quatro em Caxias do Sul e espera-se por cinco na Unisinos. Nas três eleições, aparecem candidaturas de direita que, aproveitando-se do esfacelamento e confusão lançados pelo grande número de concorrentes, tentam conquistar um espaço.

(J.C.O.)



Uma alternativa para o movimento estudantil gaúcho

65 por cento dos brasileiros não têm onde morar. Enquanto isso, em São Paulo, grandes empresas ocupam sem problemas mais de 6 mil metros quadrados e pedem à prefeitura que reconheça a posse. Em Recife, quase a metade dos novos ocupantes de terras veio do próprio município, fugindo dos aluguéis.

E a crise vai engordando as favelas

Pelo menos desde a década de 40 tem-se notícia de ocupações de terras nas capitais brasileiras. Era o começo das milhares de favelas existentes hoje, formadas principalmente por migrantes expulsos do campo, onde também não encontravam terra ou trabalho. Hoje, 67% da população brasileira vive em cidades.

Atitudes diferentes

Mas não propriamente desfrutando do bem-estar que a cidade possa proporcionar. Só em Salvador, por exemplo, existem 900 mil pessoas morando em terrenos que não lhes pertencem, enquanto em Belo Horizonte, metade da população não é servida de água encanada e 60% vive sem esgotos ou coleta de lixo. No Brasil existe um déficit total de 17 milhões de residências, o que significa que mais da metade (65%) dos brasileiros não têm uma casa digna deste nome para morar.

Também não são de hoje os

conflitos pela posse da terra, de violência crescente. Em Recife, só nos últimos dois anos, a Comissão Justiça e Paz registrou cem casos de conflitos violentos. Inevitavelmente, a Lei e a polícia atuam contra os posseiros.

Em São Paulo, no entanto, o Deputado Antônio Resk (PM-DB) denunciou recentemente um caso em que tudo foi ao inverso. São grandes empresas que depois de ocuparem enormes áreas da prefeitura, já estão pedindo legalização da posse sem enfrentar nenhum problema. São elas: a Eletrolux, numa área de 1.430 metros quadrados; a Esso, com 1.020 metros quadrados; e a União Industrial e Mercantil Brasileira, com 4 mil metros quadrados. Todas em terrenos altamente valorizados...

Não vamos atender do mesmo jeito

A solução que o governo diz

apresentar para o problema da habitação são os programas do BNH. No entanto, apesar de 70% da procura por casas ser de famílias de pequena renda (menos de cinco salários mínimos), 90% dos financiamentos até hoje feitos pelo BNH são para famílias de renda acima de cinco mínimos. Sem contar que os recursos do BNH - saídos do FGTS e das cadernetas de poupança - vêm sendo desviados pelo governo para subsídios a exportadores, grandes empreendimentos - como as represas de Itaipu e Tucuruí - e até com pagamento de dívidas do próprio governo.

Em São Paulo, a COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação) nem sequer sabe qual o déficit habitacional da cidade. Ela está construindo 55 mil residências, que já estão sendo disputadas, sem nenhuma divulgação pela COHAB por 300 mil famílias. "Se não temos capaci-

dade para atender o número de inscritos, porque vamos nos preocupar em saber qual é o déficit? Não vamos poder atender do mesmo jeito", afirma o presidente da Companhia. A COHAB possui 20 milhões de metros quadrados de terras desocupadas na periferia de São Paulo. Mas não pode construir aí as 200 mil casas planejadas, porque o BNH "desde agosto do ano passado, restringiu a implantação dos programas de moradia popular".

E as favelas continuam crescendo

Se a solução, portanto, não é a casa própria, restam os aluguéis. Mas, depois que passou a ser reajustado de acordo com as ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), o aluguel, que já era um dos itens mais caros no orçamento do trabalhador, vem se tornando intolerável. Em fevereiro a correção foi de 52%,

em maio de 64% e em julho de 72%. E os aluguéis a serem atualizados em outubro obrigarão um inquilino que pagava, por exemplo, quinze mil, a desembolsar Cr\$ 28 mil. Para se ter uma idéia, um corretor paulista afirmou à **Folha de S. Paulo** que "até 90 dias atrás, a média de processos de despejo não ultrapassava a três e hoje já estamos com dez ações na justiça".

É a crise, sem dúvida. As pessoas, cada vez mais são obrigadas a viver mal. As cidades já não atraem tanto o homem do campo, agora com tantas notícias do desemprego. No entanto, as favelas continuam a crescer. Em Recife, estima-se que 43% das populações que ocupam novas áreas vieram de outros bairros das regiões metropolitanas. O crescimento das favelas é, portanto, um índice seguro do crescimento do desemprego e da miséria. (M.C.)

Posse em Nova Iguaçu: Núcleo Agrícola Fluminense

Por João Gonçalves

Nova Iguaçu é uma das maiores cidades do Brasil. É a sétima de maior população, ficando atrás apenas da capital do estado. Sua população é pobre e bastante heterogênea, sendo chamada de "cidade-dormitório", e a maioria mora em casa alugada.

Em fevereiro deste ano, mais de duzentas famílias, expulsas há anos do campo, juntaram-se e resolveram ocupar uma fazenda do INCRA, abandonada há anos, situada a quarenta km da cidade. Neste local existem as ruínas de um antigo posto agro-pecuário, construído pelo governo antes de 64, e que abastecia a cidade de hortaliças e cereais.

Porém, bastaram dois meses de ocupação para aparecerem no local alguns policiais, a mando do presidente da Associação Rural de Nova Iguaçu. Alegavam que estavam ali porque se tratava de um bando de "subversivos". Foram presos de forma arbitrária 69 adultos e um garoto de 14 anos, soltos alguns dias depois, em consequência da mobilização da Diocese do município, através do Bispo, D. Adriano Hipólito.

A reocupação

A 4 de maio, numa assembléia, os posseiros resolveram cupar aquelas terras, iniciando um processo de perseguições dos grileiros da região, chegando a 15 de

julho um posseiro levar seis tiros de jagunços. Mesmo com essa forma de intimidação, não deu-se nenhum recuo. Ao contrário. Na cidade um grupo de professores, estudantes e artistas monta o COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS POSSEIROS DO PARQUE ESTORIL, com a finalidade de colher roupas, mantimentos e dinheiro para a sobrevivência das famílias lá instaladas, e até estão montando um show para a compra de um trator.

Núcleo agrícola Fluminense

Na fazenda, os posseiros mudaram seu nome agora chamando-a de Núcleo Agrícola Fluminense, e os 511 mil m² estão sendo cultivados com aipim, inhame e milho, com a idéia de no futuro abastecer a cidade com esses produtos a preços bem menores. "Queremos terra para trabalhar e abastecer a população a preços baixos", afirma um dos ocupantes.

Os posseiros não pararam, também, com sua organização. Formaram uma comissão de nove posseiros e com um delegado junto ao Sindicato da cidade, realizando reuniões semanais com a participação de todos os ocupantes.

Hoje já são mais de 274 inscritos para trabalhar na área e os que chegaram por último aguardam a ocupação de uma área que está ociosa nas proximidades e que também pertence ao INCRA.

O próprio povo é que tem de se organizar

Por Olímpio Silva Matos (*)

O Movimento de Favelas não organiza invasão. Nós apoiamos que o povo tem que ter um lugar onde morar e se o povo está pegando terra, é porque está precisando. Quando precisamos de ajuda pra se organizar, o Movimento de Favelas está presente, dando apoio. Nós não concordamos com a participação de deputado nenhum, como deputado. Só como uma pessoa qualquer, que está do lado do povo. Prá nós, é o próprio povo que mora lá que deve se unir, assumir a luta.

Tem muita gente indo na Assistente Social, na Prefeitura pedir terra, pedir material. A prefeitura promete na hora, mas o povo acaba tendo que se virar para arrumar um local. Eles acusam que tem invasor, que tem gente organizando. Se nós fôssemos invadir, não ia ser esses terrenos que não dão nem pra esgotar.

A pretensão da gente, no Movimento de Favelas, além de conseguir água e luz, é organizar o povo, criando Centros Comunitários e fazendo cursos de alfabetização. Conquistada a moradia, a água e a luz, continua a luta por uma vida decente, salário, educação dos filhos.

O Prefeito esconde a realidade

Já estivemos no Parque Europa, terreno ocupado antes da Fazenda Itupu,

duas vezes. Na primeira, convocando para eles irem conosco à prefeitura, dia 14 de setembro, levar nossa reivindicação de água e luz. Da segunda vez, foi para levar a proposta de uma carta que será distribuída à população, contando a verdade sobre a ocupação de terras aqui na região e o que a prefeitura está respondendo a eles. O prefeito está só acusando o movimento. Ele está escondendo a realidade. Se existe movimento, é porque a política do governo não está certa. Nós achamos que o governo é que tem de resolver o problema da habitação.

Sobre o Congresso Nacional de Movimentos de Favelas marcado para janeiro, tenho participado de uma reunião geral de toda a Grande São Paulo. Eu estou participando, mas lá não estão representados, democraticamente, por escolha, os favelados. É uma minoria. Estou lá porque acho que é preciso dar um rumo nas coisas. Mas não vamos participar do Congresso. Os setores que estão propondo este Congresso não têm representatividade, falam em nome do povo, mas o povo, os favelados, não estão lá.

(*) Olímpio é petista, militante do Movimento de Favelas, setor de Interlagos e da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.



Edna: optando pelo aborto

EDNA

A violência do estupro e a violência da lei

Por Tereza Verardo

Edna, vim me manifestar a favor de seu direito de abortar uma gravidez que é consequência de um estupro, porque eu sou fruto de um estupro, e sei o quanto é doloroso sentir minha mãe me olhando e me odiando, e eu não tenho o direito de querer que ela me ame”.

Essa manifestação de apoio de um desconhecido mostra bem o clima em Minas Gerais com o caso de Edna Pereira dos Santos, estuprada e grávida e impedida de abortar pelo juiz.

Na madrugada do dia 30 de maio, Adirson do Carmo da Silva (23 anos) saiu como de costume pouco depois das 4 horas para seu trabalho na Fiat, em Betim. Hora e meia depois Adirson era informado de que ocorrera um desastre em sua casa, e que sua mulher o chamava com urgência. Ao chegar em casa Adir-

son constatou que seu barraco havia sido revirado, suas pequenas economias haviam sido roubadas e sua companheira Edna Pereira dos Santos (21 anos) havia sido estuprada.

Imediatamente Adirson e Edna tomaram todas as providências cabíveis, chamaram uma radio-patrolha, deram queixa, compareceram a seccional Oeste para dar início às investigações. Em seguida foram até o Instituto Médico Legal onde os médicos colheram material, fizeram exame e pediram a Edna “para evitar qualquer contato íntimo com seu marido para que, se houvesse risco de gravidez, evitar dúvidas no futuro”.

Edna ficou um mês e meio sem se relacionar com o marido, e passado esse prazo foi buscar o resultado do exame: “Positivo”. Nas mãos os documentos, nos olhos lágrimas de desespero, e no

corpo um feto que já chegava no terceiro mês.

A lei versus a humanidade

Começava uma nova etapa em sua vida, e ela não poderia desistir agora. Chegou a Assistência Judiciária onde sua procuração chegou às mãos da advogada Dalva de Oliveira que iniciou o processo.

Dia 25 de agosto Dalva foi com todos os papéis à Justiça de Contagem, apressando o processo pois havia urgência na decisão, pois à medida que o tempo passava o feto crescia e diminuía a possibilidade de Edna abortar.

No dia 8 de setembro, a advogada Dalva de Oliveira foi à Secretaria do Fórum buscar a resposta. Estava confiante. Entrou, demorou e voltou com o processo na mão e a resposta do juiz “Nego-lhe a pretensão posta em

evidência por inoportuna e sem amparo legal da forma pretendida”.

Dalva olhava para os papéis imaginando como mostrar a sua cliente, humilde e de pouca escolaridade, os “considerandos” do juiz William Silvestrini. “Se basearam nos trâmites da lei, enquanto eu pedia humanidade. Não estou tão surpresa, já imaginava isso, diante das aparências.

Não vou entrar com recurso no Tribunal de Justiça porque, de acordo com a burocracia, quando viesse a solução, a criança já estaria para nascer”.

Aborto legal: uma necessidade

Edna recebeu a notícia chorando muito. “Agora podem me deixar em paz. Sei de um lugar onde posso fazer aborto ilegal, vou fazê-lo por 28 mil que eu e

meu marido vamos tomar emprestado. Tudo vai ficar no devido lugar no futuro.”

Mas Edna não é o único caso. No Hospital das Clínicas em São Paulo anda sem solução o caso de uma menor de 12 anos estuprada pelo cunhado que depois de seguir todos os trâmites legais conseguiu autorização para fazer um aborto, só que não conseguiu médico que o fizesse. Hoje ela já está no quarto mês e meio de gravidez, sem ter o seu caso resolvido.

Diante dessa situação diversas entidades feministas divulgaram uma nota à imprensa condenando a decisão do juiz Silvestrini e clamando todas as mulheres a “lutarem pelo direito ao aborto livre e gratuito” e estão se preparando para o lançamento de uma campanha nacional pela legalização do aborto.



A história não se repete



No momento em que em vários estados do país se encaminha a recriação da Federação das Mulheres do Brasil, como continuação da história da entidade que foi extinta em 64, inclusive a partir de seus estatutos originais, EM TEMPO inicia o debate sobre este tema de grande importância para o movimento feminista. A seguir, uma colaboração de Elizabeth Souza Lobo, que tem expressiva participação no movimento feminista em São Paulo.

Alguém disse que neste país a cada dez anos perdemos a memória. O fenômeno parece dar bons resultados: não só esquecemos o que é incômodo lembrar, como de repente, alguém resolve tirar do baú a sua maneira, pedaços de história e apresenta-os conforme seus interesses. Já que não há memória coletiva, isto é fácil.

Agora, por exemplo, descobriu-se que nossas tias e avós também eram

feministas, além de revolucionárias. Boa notícia. As primeiras lutas das brasileiras se deram em torno a igualdade como cidadãs: direito ao voto, igualdade civil. Eram os tempos de Bertha Lutz (1920-30). E até antes dela. Yayás e sinhás ainda no século XIX publicaram jornais como o SEXO FEMININO onde se preocupavam com a melhoria da educação das mulheres, a abolição da escravidão e escreveram que “a mulher deve subir à tribuna e advogar sua causa, isto é a causa do direito, da justiça e da humanidade”.

Cabelos curtos e charutos baianos

Paralelamente ao feminismo liberal, também no movimento socialista a questão da dominação da mulher se desenvolve mais além dos textos clássicos. Mas enquanto o primeiro (o feminismo liberal) preocupava-se mais com a emancipação civil, o feminismo socialista vai insistir na participação da mulher como trabalhadora e como revolucionária.

No 3º Congresso da Internacional Comunista (Moscou 1921), as “Teses sobre a Propaganda entre as mulheres” diziam: “Em toda parte onde a questão da conquista do poder se coloca claramente, os partidos comunistas devem saber apreciar o grande perigo que representa para a revolução, massas inertes de operárias, donas de casa, empregadas e camponesas não liberadas das concepções burguesas da Igreja e dos preconceitos e não vinculadas ao grande movimento de libertação que é o comunismo”. E as resoluções propõem estender a influência do Partido e do comunismo às massas de mulheres, criando seções femininas ligadas ao Secretariado Internacional.

Esta proposta certamente influenciou na criação da União Feminina - Movimento Feminino da Aliança Nacional Libertadora fundada em 1934 que defendeu Olga Benário (mulher de Prestes) e fez trabalho de solidariedade entre as mulheres dos presos políticos.

Sobre o papel pioneiro destas mulheres corajosas, não há dúvidas. Aliás, segundo um conceituado brasileiro, eram atacadas por seu comportamento “imoral e espalhafatoso” e algumas faziam-se vulneráveis a tais críticas defendendo o amor livre e adotando afetações como “cabelos curtos e charutos baianos” (Levine: O regime de Vargas). São estas mesmas pioneiras que em 47 publicaram o jornal Movimento Feminista e fundaram a Federação das Mulheres que lutou contra a carestia e as multinacionais. Mas e os problemas das mulheres?

Maió de 68 e o feminismo revisitado

A emancipação e participação, ainda que pelas melhores causas, não são suficientes para libertar as mulheres. Depois dos tempos heróicos das frentes contra o fascismo, as mulheres perceberam que seus problemas mais cotidianos como a dupla jornada, o direito ao aborto e à contracepção, a violência sexual conti-

nuavam esquecidos da grande política. E sobretudo redescobriram que para levar suas lutas, elas próprias deveriam sair às ruas, criar seu movimento. Independentes das vinculações partidárias, das entidades fantasmagóricas que decidem quais as lutas prioritárias.

Estes problemas não eram novos. A mesma Kollontai que escreveu as Teses de Moscou, já dizia, que não adianta só pedir creches se homens e mulheres não estão convencidos da sua importância, se alguns dizem que face à fome é preciso primeiro construir fábricas ou se depois do horário da creche são as mulheres que continuam a cozinhar e lavar. O Feminismo dos anos 80 entende que a dominação sexual não termina com a exploração das classes e que a autonomia do movimento de mulheres é fundamental para assegurar que não hajam falsas etapas nas lutas, nem vanguardas auto-intituladas. Desde 1975 o feminismo ressurgiu no Brasil. Não é o mesmo de nossas tias e avós. Elas cumpriram seu papel, mas a história se renova e a nossa é diferente.

Lula e diversos membros da direção do PT apontam que a alternativa do PT é a luta por uma sociedade sem exploradores e explorados, que não se confunde nem com o engodo da social-democracia, nem com a usurpação do poder por uma casta de burocratas.

O PT é socialista

Por Virgínia Pinheiro

Até agora, predominava na esquerda brasileira — e nos diversos setores da esquerda internacional que têm acompanhado com atenção a evolução do PT — a idéia de que o PT não tem uma ideologia definida, uma visão precisa das suas propostas programáticas básicas, do tipo de sociedade pela qual luta. Alguns setores, inclusive — e mesmo gente que participa do PT — têm tido a opinião de que a maior proximidade do PT seria com a social-democracia.

Para estas visões contribuía o fato de que até agora não havia manifestações explícitas do PT sobre isto. A partir do discurso de Lula na Convenção de Brasília (ver esta edição do EM TEMPO, p. 6, 7 e 8), a coisa mudou. Há uma definição oficial sobre o que pensam a direção do partido sobre suas propostas básicas, sobre sua identidade ideológica.

No fim de seu discurso, Lula aponta quatro definições fundamentais para o PT.

Em primeiro lugar, que é um partido que já tem uma definição ideológica e que a aprofundará: não é alguma coisa episódica, uma frente ou um "partido tático".

Em segundo lugar, que o PT luta pelo socialismo, por uma sociedade sem exploradores e explorados. Em declaração a EM TEMPO, acrescentou que "o fundamental hoje é fazer cartilhas anti-capitalistas para o povo entender que neste sistema nunca terá vez".

Em terceiro lugar, o PT tem uma idéia clara de que há caminhos "socialistas" que não interessam: fundamentalmente, não interessam a social-democracia e o stali-



Arquivo

José Ibrahim: só é socialismo, quando os trabalhadores exercem de fato o poder

nismo. Sobre a social-democracia, Lula declarou ao EM TEMPO que "vive às custas da exploração dos subdesenvolvidos". Sobre os problemas de burocratização, declarou que "sabemos que a URSS e Cuba são as experiências mais avançadas de construção do socialismo, mas têm problemas que não podemos aceitar".

Finalmente, em quarto lugar, Lula definiu claramente um critério para definir o tipo de socialismo que interessa aos trabalhadores, bem como uma maneira de tornar mais precisa esta definição: é a participação dos próprios trabalhadores.

Sobre estas questões, há um grande acordo entre diversos membros da direção do PT ouvidos pelo EM TEMPO (o jurista Hélio Bicudo, da Comissão Executiva Nacional; o jornalista Hélio Doyle, também da Executiva Nacional; o presidente (cassado) do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra, presidente do PT gaúcho e vice-presidente nacional; o metalúrgico Devanir Ribeiro, sindicalista de São Bernardo e da Comissão Executiva paulista; o velho combatente Apolônio de Carvalho, da Executiva Nacional; o sindicalista José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, da Executiva Nacional; o deputado Airton Soares, líder do PT na Câmara; o professor Luís Soares Dulci, presidente do UTE-MG, da Executiva Nacional; o professor Raul Pont, vice-presidente do PT gaúcho e do Diretório Nacional).

Todos estão de acordo com o caráter socialista do PT. O único que fez uma formulação um pouco diferente foi Luís Soares, para quem "mesmo que o PT não se defina como socialista, isto não atrapalha; o PT tende para o socialismo, e este debate dentro do partido não pode ser puramente doutrinário".

Do mesmo modo, todos estão de acordo em rejeitar a social-democracia e o stalinismo. Hélio Doyle definiu que não podemos chamar a proposta da social-

democracia de socialismo. Devanir Ribeiro fez uma "crítica especial aos partidos únicos e aos sindicatos únicos"; tem uma "simpatia especial por Cuba", mas este é um problema sério lá". José Ibrahim estabeleceu um critério claro: "onde os trabalhadores não exercem de fato o poder, não podemos chamar de socialismo". Airton Soares destaca a importância da democracia para o PT, inclusive no seu processo de definição, para evitar os erros em que incorreram os comunistas do PC.

Apolônio de Carvalho deu a definição mais trabalhada do tipo de socialismo que o PT quer:

"Tem que ser marcado pela efetiva presença dos trabalhadores, pela sua direção no poder político; por um planejamento econômico e social que garanta a dignidade do homem; e mais particularmente pela abrangência de uma democracia multipartidária, de nível superior, sustentada pela auto-organização dos trabalhadores".

Também houve um acordo geral quanto à necessidade de que o PT aprofunde a sua definição com uma discussão ampla e democrática nas suas bases. Hélio Bicudo disse que "não vê modelos; o importante é um partido democrático, que faça uma discussão também democrática do socialismo. Apolônio assinalou que "se o PT não se definiu como socialista desde o princípio, é porque nós do PT queríamos que este debate fosse feito".



Cândido Fernandes

Apolônio: por uma democracia multi-partidária, de nível superior, sustentada pela auto-organização dos trabalhadores

Várias colocações foram feitas na linha de que "esta discussão dentro do PT é atual, é importante desde já", como observou Hélio Doyle. Olívio Dutra comentou que "nas formas de organização e nas lutas atuais, na auto-organização dos trabalhadores, a questão do socialismo já está presente em germe". José Ibrahim chamou a atenção para que "o socialismo já está aqui, tem que ser construído no dia a dia". Raul Pont, por sua vez, afirmou que



Arquivo

Raul Pont: na recusa de um pacto com o regime, nas formas de luta e de organização dos trabalhadores, o PT vai mostrando a sua diferença com relação à social-democracia e ao stalinismo

"o PT vai aprofundando seu caráter socialista quando procura desde já definir uma alternativa dos trabalhadores para capitalismo em crise; nisto, na busca de independência, na recusa de um pacto com o regime, nas formas de luta e de organização ele vai também mostrando a sua diferença com relação à social-democracia e ao stalinismo".

Por outro lado, alguns dirigentes abordaram a questão de que o PT tem a aprender da experiência internacional e da doutrina socialista, e o fizeram em um tom discordante do usado por Lula. Segundo Olívio Dutra, "além de refletir sobre a experiência nacional e internacional, têm de entrar na definição do PT elementos de doutrina". Segundo Apolônio, "um dos clássicos do socialismo — o velho Mao dos bons tempos — definia o caminho para o socialismo como a fusão dos princípios gerais da doutrina socialista da classe operária com as características originais de cada país; nós queremos exatamente isto".

José Ibrahim se refere ao sindicato "Solidariedade" polonês dizendo que, "de certo modo, favorece o retorno das verdadeiras origens dos soviets, dos conselhos operários". Raul Pont observa que "temos na experiência das lutas dos trabalhadores de todo o mundo hoje e no passado muita coisa que o PT deve estudar para avançar na sua definição — na luta do 'Solidariedade' e no sandinismo, na revolução russa e na luta da oposição de esquerda contra o stalinismo, nas experiências de frente única, na revolução cubana e na derrota de outros movimentos na América Latina. Muita coisa já está sistematizada na forma teórica. É aprofundando sua ligação com esta tradição e com estas experiências, sabendo combinar isto com a experiência das lutas dos trabalhadores brasileiros e com a sua ativa participação nas definições, que o PT seguirá o seu rumo".



Arquivo

Lula: não nos convém um socialismo burocrático, que interessa às novas castas de tecnocratas e privilegiados mas não aos trabalhadores e ao povo. Nós do PT sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que criaram o PT já sabiam disso muito antes de terem idéia do PT

Passos no rumo da Revolução

Ao aprofundar as discussões a partir das suas definições atuais, o PT enfrentará a necessidade de tornar mais clara sua visão do poder de Estado, de elaborar um programa alternativo à crise do capitalismo e à miséria dos trabalhadores e do povo que faça uma ponte para a sociedade socialista, e se identificará mais com algumas das correntes internacionais do movimento operário.

Por João Machado

A definição do perfil do PT apresentada por Lula e outros dirigentes são um bom ponto de partida, dão ao partido uma base para enfrentar alguns problemas complexos que se colocarão.

Uma questão que já tem aparecido para o PT é a questão do poder — isto é, de como tratar o poder de Estado, como defender o poder dos trabalhadores. As condições para fazer esta discussão não são ideais — principalmente porque estamos sob uma ditadura que não aprecia que discutam a sua natureza e como dismantelar os seus aparatos.

Para tornar mais clara a diferença do PT com relação à social-democracia (e também ao stalinismo) é necessário desenvolver uma colocação feita por Lula: do mesmo modo que os trabalhadores e o povo devem entender que no capitalismo nunca terão vez, devem também entender que com o Estado dos capitalistas nunca terão vez.

Os trabalhadores têm feito este aprendizado quando, em todas as greves, o governo se coloca ao lado dos patrões. Por outro lado, diversos dirigentes do PT ao lado apontaram o rumo para o que seria o poder dos trabalhadores (ao destacarem a importância da auto-organização, dos conselhos operários), numa forma de organização do Estado radicalmente diferente do que temos hoje, e diferente também das concepções de democracia da burguesia.

Qual alternativa global?

Esta questão aparece ligada estreitamente a uma outra: a do programa a ser defendido hoje pelo PT, para fazer frente à situação de miséria dos trabalhadores e do povo. Que medidas o PT deve defender, numa perspectiva mais global, isto é, além das medidas de defesa dos interesses imediatos dos explorados e das liberdades democráticas?

O PCB tem a proposta de um pacto com o regime. Outros setores defendem um modelo econômico alternativo ao atual, a ser realizado ainda dentro do capitalismo. As duas propostas são péssimas para os trabalhadores e numa situação de crise como a que vivemos, não podem oferecer nada.

Fazer um pacto com o regime significa aceitar que os trabalhadores paguem os custos da crise econômica do capitalismo, em troca de promessas que não vão ser cumpridas. Tentar por em prática um "modelo econômico alternativo" equivale a tentar gerir a crise do capitalismo, de uma forma ou de outra — com a pretensão ilusória de tirar vantagens para os trabalhadores.

Nada disso interessa. Por outro lado, não podemos apenas fazer uma propaganda do que deve ser o socialismo. Temos que fazer uma ponte entre os problemas atuais vividos pelos trabalhadores e o povo e a construção da sociedade socialista, que possa mobilizar as massas



Lenin: sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário

nesta direção. Em síntese, temos de elaborar um programa de reivindicações de transição para o socialismo para apresentar como alternativa global, hoje, para os trabalhadores.

Um problema semelhante acontece com o poder: não podemos apenas opor a perspectiva de uma democracia dos trabalhadores à atual ditadura. É necessário fazer uma ponte. Para que o PT possa manter sua independência política atual, possa contrapor uma alternativa de conjunto às pressões e seduções que tentam lhe fazer os diversos setores burgueses, é inevitável que encontre a maneira de elaborar reivindicações de transição ao socialismo, no que diz respeito ao poder.

Quais laços internacionais?

Lula definiu o critério do PT para os contactos internacionais como sendo o de manter relações de amizade com todas as correntes que se colocam no terreno do socialismo. É um critério essencialmente justo. Contudo, não esgota a questão. O PT não poderá manter relações iguais com todas as correntes: a própria rejeição à social-democracia e às castas burocráticas leva a que o PT tenha uma atitude mais próxima ao "Solidariedade", por exemplo, do que ao POUP (o PC polonês) e aos seus aliados.

Dentro do critério de relações de amizade com todas as correntes que se colocam no campo dos trabalhadores, o PT deverá ter relações mais próximas com algumas delas, terá para com elas uma maior solidariedade e receberá delas uma maior solidariedade e apoio. Hoje, a nível das correntes internacionais com influência de massas, naturalmente a maior ligação do PT será com aquelas que estão impulsionando a revolução centro-americana e com os trabalhadores do "Solidariedade" polonês.

É destas experiências que os trabalhadores brasileiros têm hoje mais a aprender; são as que necessitam de maior apoio internacional, ameaçadas diretamente pelo imperialismo norte-americano e pela burocracia e as tropas da URSS.

Ao mesmo tempo, à medida que se fortalece e se organiza, o PT irá expressando seu apoio às lutas progressistas que se desenvolvem em todos os países: a luta contra a repressão das ditaduras vizinhas ao Brasil, a luta dos republicanos irlandeses contra o colonialismo inglês, a luta da revolução iraniana, a luta dos países africanos contra o colonialismo e o racismo, contra as agressões da África do Sul. Formando uma posição internacional, o PT irá se preparando para sua tarefa de conduzir os trabalhadores brasileiros ao exercício do governo.

Uma nova seção no Em Tempo

Na página ao lado, apresentamos um quadro das definições ideológicas do PT, segundo alguns dos seus dirigentes. Todos identificaram o PT com o socialismo e todos assinaram o caráter ainda inicial desta definição, a necessidade do seu aprofundamento por meio de uma discussão no partido, bem como a oportunidade deste debate, já hoje.

Alguns enfatizaram que o avanço das definições do PT, da formulação das suas alternativas para o Brasil, exige, ao lado da sua integração nas lutas dos trabalhadores brasileiros, aprendendo da sua experiência, a assimilação do acervo internacional do movimento operário e a retomada das melhores tradições das teorias sobre o movimento operário e do socialismo.

É dentro desta preocupação que EM TEMPO começa aqui uma nova seção permanente de formação política — SOCIALISMO. Será uma seção em que tentaremos tratar teoricamente das questões do marxismo, tentando ligá-las ao mesmo tempo com os problemas colocados diante dos trabalhadores brasileiros, e do PT em particular.

Nosso objetivo é oferecer um material que sirva para discussão e estudo entre militantes do PT, que dê subsídios para o seu trabalho. Esse material pode ser dividido em vários tipos:

— elementos da teoria marxista, tal como vem sendo desenvolvida até hoje, que permitam compreender melhor a estrutura da sociedade brasileira e do sistema internacional, bem como a estratégia já elaborada da luta dos trabalhadores; a natureza do socialismo, e os problemas encontrados na construção do socialismo;

— momentos importantes da história do movimento operário, as grandes revoluções vitoriosas e as grandes derrotas sofridas;

— análise de questões atuais da luta de classes, a nível nacional e internacional, à luz da teoria marxista;

— análise da formação social brasileira e dos problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros, no rumo da elaboração de um programa para a revolução brasileira.

Integraremos dentro desta seção uma preocupação permanente de acompanhar e de explicar a evolução da esquerda brasileira, tratando temas como a crise do stalinismo e as perspectivas colocadas pelo desenvolvimento do PT. Incluiremos a discussão ideológica — como por exemplo o confronto com as posições do Papa sobre a relação entre o capital e o trabalho. A discussão com posicionamentos distintos do marxismo será uma preocupação permanente.

Mais que nunca, a questão teórica é atual. Como disse Lênin: sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário.

Marcha histórica nos EUA

A marcha sobre a Casa Branca assinala o limite das possibilidades do governo Reagan. Com o "Dia da Solidariedade", o movimento operário dos EUA faz sua entrada na luta proletária de todo o mundo contra a crise capitalista.

Por Marcelo Zugadi

Quinhentas mil pessoas se concentraram dia 19 de setembro em Washington para protestar contra o governo Reagan. A manifestação foi organizada pela central operária norte-americana AFL-CIO (American Federation of Labor — Congress of Industrial Organization), que conta com 14 milhões de filiados. Trata-se da mais importante mobilização já organizada por esta central, tradicionalmente identificada com a política imperialista, tanto a nível interno como externo. A AFL-CIO, por exemplo, não apoiou a grande manifestação pelos direitos civis que marchou sobre Washington em 1963 e se pronunciou abertamente contra as marchas e mobilizações que se opunham à guerra do Vietnam. Mas os tempos mudaram. E como dice Lane Kirkland, presidente da Federação, "a mudança na situação exige uma mudança de tática..."



Novos tempos

Efetivamente, os tempos mudaram a ponto de que o principal centro imperialista se vê em grandes dificuldades para manter o altíssimo nível de vida de seus trabalhadores e garantir as liberdades e direitos democráticos para as grandes massas.

O detonador para esta grande mobilização foi a greve dos controladores aéreos. No dia 3 de agosto passado, a PATCO (Professional Air Traffic Controller Organization) convocou seus 12 mil filiados a uma greve contra as más condições de trabalho e a falta de segurança na delicada tarefa de controlar o intenso tráfego aéreo dos EUA. Mas o cowboy da Casa Branca exigiu que os trabalhadores voltassem a seus postos ameaçando-os com dispensas massivas. Os trabalhadores mantiveram suas exigências e foram despedidos. O conflito ainda não terminou. Mas indepedentemente de seus resultados, é evidente que já capitalizou o profundo descontentamento que existe na população frente à política de Reagan.

Bofetada

A mobilização do dia 19, convocada sob o lema "Solidariedade" (de fato uma bofetada na propaganda imperialista que pretende converter o Solidarnosc polaco em arma de propaganda contra o

socialismo) foi na prática uma frente única contra a administração republicana. "O Dia de Solidariedade — declarou a AFL-CIO — é para todos; não simplesmente para os membros dos sindicatos". Líderes do movimento negro, organizações feministas e defensores dos direitos civis formaram com a direção sindical uma coalização na prática e produziram um fato político que não poderá ser ignorado pelo governo. Isto porque levantava como bandeira, além da solidariedade aos controladores aéreos, a oposição aos cortes no orçamento em assistência social e educação e à política de guerra e ao recrutamento de soldados.

Um partido negro independente

Não é por acaso que poucos dias antes do "Dia de Solidariedade" se realizou o congresso de fundação do NBIPP (National Black Independent Political Party, Partido Negro Independente). O NBIPP, ao estabelecer seus princípios de unidade, afirma que "O partido deve definir nossa atitude frente aos partidos democrata e republicano. Deveríamos observar que ambos servem os interesses da classe dominante; portanto, estão diametralmente opostos aos interesses do povo africano e pobre". O congresso decidiu, além disso, que "a estratégia eleitoral do NBIPP é independente dos partidos democrata e republicano e de todos os demais partidos".

A fundação do NBIPP demonstra por um lado a radicalização das minorias oprimidas frente à política de Reagan e indica a dinâmica desta radicalização: buscar a independência dos partidos imperialistas controlados por um grupo de 60 famílias que monopolizam a vida política dos EUA e garantem a estabilidade do centro econômico e político do capitalismo mundial.

Um partido dos trabalhadores

Mas a verdadeira força capaz de construir um terceiro partido e disputar com êxito o controle burguês é, naturalmente, o movimento operário. Nos últimos anos se recolocou a possibilidade, vislumbrada em fins dos anos 30, de que os sindicatos rompam sua dependência frente aos republicanos e democratas e formem seu próprio partido. A crise econômica, que provoca desemprego, miséria e repressão, também na cabeça

do império, levou a que vozes isoladas, mas cada dia mais audíveis, reivindicuem essa necessidade.

Particularmente no Estado da Califórnia, a idéia tomou força, sendo aprovada por um encontro de mais de mil sindicalistas de todo o país. De acordo com a revista "Machinist", da Associação Internacional dos Maquinistas, em seu número de abril de 1981, "desde as eleições de 1980, veio se desenvolvendo em todo o país um sentimento favorável à construção de um terceiro partido. Membros e dirigentes de organizações sindicais vêm nos quase 55% dos votantes que se negaram a votar ou escolheram um terceiro candidato nas últimas eleições presidenciais, uma base para a construção de um partido progressista ou de trabalhadores".

Colapso no coração do monstro

Mas, é claro que as direções dos principais sindicatos e da AFL-CIO se negam a colocar em prática essa linha. O próprio presidente da AFL-CIO, Lane Kirkland, está tratando de fazer com que o desprestígio de Reagan redunde num aumento da popularidade de Edward Kennedy, do Partido Democrata e assim preparar uma mudança para as próximas eleições.

Por outro lado, é claro que, se as pressões forem intoleráveis e as direções se virem obrigadas a edificar um Partido dos Trabalhadores, somente uma politização das bases e um processo profundo de organização das massas poderiam evitar que as direções sindicais em funções de direção partidária se dobrem ante o poder dos capitalistas.

Sem dúvida, um fenômeno assim teria uma enorme repercussão política, comparável ao processo revolucionário atual na América Central e à revolução política em curso na Polônia. Um PT que ganhasse o apoio dos trabalhadores, das minorias oprimidas, das mulheres e da juventude, provocaria um colapso político no seio do monstro imperialista.

Mas no imediato, além de uma amostra da reação que provocará nas massas o plano econômico de Reagan (veja o box), a histórica manifestação do dia 19 significa uma séria advertência para toda intenção da intervenção militar na América Central. As entranhas do monstro começam a estalar.

AMÉRICA LATINA

Belize: Uma nova pequena nação.

No último dia 21 de setembro, Belize obteve sua independência, depois de 200 anos de dominação britânica. A história deste país é mais um testemunho da rapina colonial. Os antepassados dos habitantes de Belize, os maias, resistiram firmemente ao colonizador espanhol, dono absoluto da América Central. No século XVII, os ingleses conseguiram se instalar nas zonas costeiras e promoveram a importação de mão-de-obra escrava para explorar as madeiras da região. A Espanha teve que se render à situação de fato e em 1789 reconheceu o "direito" colonial dos ingleses. Já neste século, a vizinha Guatemala reclamou soberania sobre esse território e inscreveu essa reivindicação em sua Constituição Nacional. O povo de Belize rechaçou esta pretensão. Em 1950, foi constituído o Partido Unido do Povo (PUP) que, desde então, vem ganhando todas as eleições em que concorre. Em 1964, finalmente, a Inglaterra concedeu autonomia a Belize e George Price, líder do PUP, se tornou o primeiro-ministro. Período que desembocou na recém-declarada independência. Com um parádoxo: a defesa ficará a cargo de soldados britânicos. Belize tem 150 mil habitantes, um Produto Interno Bruto de escassos 130 milhões de dólares e uma renda per capita de 500 dólares, resultante de uma economia de exportação baseada principalmente no açúcar. Enfim, só lhe resta um caminho para defender a sua recente conquista: unir-se à luta dos povos irmãos da América Central. Como o expressa o comunicado das Forças Armadas Rebeldes da Guatemala: "o triunfo da revolução popular e democrática da Guatemala será uma garantia para a auto-determinação e desenvolvimento econômico do povo de Belize".

Peru: Repressão e assassinato

A greve geral convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP) para os dias 23 e 24 de setembro foi declarada ilegal pelo governo. Os trabalhadores reivindicavam um aumento geral de salários, a readmissão de demitidos e anistia para os presos. Os mineiros já estão em greve há cinco semanas e a Southern Peru Cooper já sofreu a perda de 32 milhões de dólares. À margem da disputa entre o poder militar e o poder civil pelo controle do Serviço de Inteligência Peruano, o sistema encontra uma sinistra maneira de reprimir aos militantes populares. Teófilo Inga Quispe, operário militante do PRT peruano, o partido de Hugo Blanco, foi assassinado por capangas sob as ordens do prefeito da cidade de São Luís. Seu cadáver apareceu depois de uma semana em uma estrada, de tal maneira que aparentasse ter sido vítima de um acidente de trânsito.

O orçamento de Reagan (em dólares)

Entre 1981 e 1984, o plano pretende tirar de

Seguro Social	11 bilhões
Ajuda aos desempregados	3 bilhões
Subsídio médico	4 bilhões
Subsídio para alimentos	6 bilhões
Trabalhos em serviços públicos	16 bilhões
Educação	10 bilhões
Outros (construções, inválidos, comida escolar, transporte etc)	164 bilhões
Total	214 bilhões

Para dá-los a (através de diminuição de impostos)

Empresas de petróleo	3,3 bilhões
Grandes capitalistas	55 bilhões
Investidores	600 bilhões
Corporações privadas	55,8 bilhões
Investidores estrangeiros	1,5 bilhões
Os estados	3 bilhões
Outros	14,3 bilhões
Total	286,1 bilhões

Ameaça para a burocracia

No dia 26 de setembro iniciou-se a segunda etapa do Congresso do Solidarnosc. Nela, os trabalhadores adotarão um programa de reformas econômicas e de autogestão operária, além de elegerem uma nova direção. Passos importantes foram dados na primeira fase do Congresso como o apelo aos trabalhadores de outros países do Leste europeu e a reivindicação de eleições livres na Polônia. Mas o impasse persiste e a burocracia ameaça contra-atacar. Está claro que o próximo período será decisivo.

Por Wagner Cardoso



A conferência dos delegados do Solidarnosc no ginásio de Gdansk

Perante 892 delegados, eleitos democraticamente, Walesa declarou: "dou início ao nosso Congresso, o I Congresso Nacional do Sindicato Auto-governado Independente Solidarnosc. Encontramo-nos aqui, pela vontade daqueles que nos elegeram: o povo trabalhador de toda a Polónia. Cada um de nós em separado, não representa muito. Juntos, representamos a força de milhões de indivíduos que constituem o Solidarnosc."

Dessa maneira, o principal dirigente do Solidarnosc abria o I Congresso do Sindicato independente. E acrescentava: "somos sindicalistas, mas antes de mais nada somos poloneses. Então, assim sendo discutiremos como poloneses e como sindicalistas. Discutiremos o caminho a seguir e, principalmente, como reerguer a nossa Polónia."

O Congresso, realizado em Gdansk, no ginásio esportivo de Olivia, foi conduzido de modo bastante democrático e profissional. Durante cinco dias, de 5 a 10 de setembro, equipes de intérpretes traduziram em cinco idiomas as sessões para os observadores estrangeiros.

Apoio internacional

Publicou-se um jornal diário especial durante o congresso chamado "Glos Wolny" (Voz Livre), com uma edição em inglês. No interior e exterior do ginásio, foram hasteadas bandeiras nas quais havia escrito a palavra "Solidarnosc" (Solidarnosc) em letras garrafais.

Para este acontecimento, o massivo comparecimento de delegações trabalhistas internacionais era uma forma de apoio explícito e concreto à luta do povo polonês. E foi o que aconteceu. Confederações sindicais vieram de todos os cantos: a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (social-democrata), a Confederação Mundial do Trabalho (democrata-cristã), e a Federação Sindical Mundial (comunista) — as três principais associações internacio-

nais de sindicatos — e centrais sindicais da Grã Bretanha, França, Itália, Japão, Alemanha Ocidental, Dinamarca, Portugal, Áustria, Bélgica, Irlanda, Noruega, Suíça, Suécia, Jugoslávia e Estados Unidos. Como se vê, nenhum sindicato do "Bloco socialista" ousou comparecer, talvez pelo medo da "contaminação"...

Desde o início, a questão do poder pairava sobre a cabeça dos congressistas. Começou já pela caracterização do informe dado por Andrzej Celinski, que apresentou o balanço da Comissão Nacional de Coordenação (KKP), a real direção: "Neste primeiro ano, nossa ação decisiva conseguiu causar uma verdadeira revolução na Polónia, cuja principal força somos nós, o Solidarnosc".

Aos "irmãos do bloco socialista"

Quais seriam os meios para construir uma alternativa e conseguir orientar bem os trabalhadores? Aí, eles foram claros: adotaram o sistema de uma direção nacional eleita a metade pelo congresso e a outra metade composta pelos dirigentes regionais (presidentes das assembleias regionais) do sindicato. Assim, o KKP obtinha respaldo do congresso, para atuar durante os próximos anos (até o próximo congresso), centralizando o poder da direção.

A isso se seguiu a adoção das teses sobre o "referendum da Autogestão". Aliás, no último dia 26 de setembro, o projeto comum elaborado pelo Solidarnosc e por uma comissão parlamentar, veio a ser aprovado pelo parlamento, contrariamente às decisões do Birô do POUP. Este queria, entre outras coisas retirar dos trabalhadores o direito de elegerem e demitirem seus diretores de fábrica.

Outra questão que mobilizou muito os congressistas foi a aprovação do apelo dirigido aos demais trabalhadores do "bloco socialista", para que se organizem independentemente do Estado. A Solidarnosc Internacional pas-

sava a ser compreendida na prática pelos membros do Solidarnosc.

Na iminência do confronto

Na espreita deste evento histórico para os trabalhadores poloneses os burocratas ameaçam: "isto é uma ingerência nos assuntos internos", "é preciso parar com esta histeria anti-soviética e contrarrevolucionária", e aumentavam as pressões de Moscou sobre seus homens em Varsóvia.

Quando os congressistas pediram eleições livres em todos os níveis — no Parlamento e nos Conselhos Populares (regionais) — houve, então a gota d'água: "As forças armadas estão prontas para intervir contra os inimigos da nação", "ninguém irá destruir o socialismo" e outras afirmações do general-presidente Jarugielski.

Por sua vez, Jacek Kuron, dirigente do Solidarnosc, declarou no semanário de 17 de setembro do "Solidarnosc": "O POUP está completamente paralizado e dividido... Creio que o confronto é provável e pode ser ganho". E ele apresenta uma solução de governo. "Se não houver ajuda externa, as autoridades perderão e aí se colocará na ordem do dia a questão de um governo de Salvação Nacional, composto pela Igreja, pelo partido, mas tendo o Solidarnosc como sua direção..."

Não se pode dizer que Kuron seja um "radical", mas um "reformista" como ele próprio se intitula. O importante é ver que uma faixa importante de dirigentes do Solidarnosc, são obrigados a tomar posição ao lado dos trabalhadores ante à iminência do confronto. É significativo ainda que enquanto estava ocorrendo o congresso, a menos de 100 quilômetros, no mar Báltico, cem mil soldados das tropas soviéticas iniciaram, através de tanques, aviões e navios de guerra oito dias de manobras militares. A próxima etapa, a segunda do Congresso, pode contribuir para acelerar este processo.

'Livres da pobreza, da exploração, do medo e da mentira...'

Adotada no dia 10 de setembro, eis aqui a declaração final da primeira etapa do I Congresso do "Solidarnosc".

"O objetivo superior do sindicato Solidarnosc é de criar as condições de vida dignas numa Polónia soberana econômica e politicamente, uma vida livre da pobreza, da exploração, do medo e da mentira, numa sociedade organizada democraticamente e sobre a base do direito. Hoje, toda a nação espera:

- 1º) A melhoria do abastecimento pela implantação de um controle sobre a produção, sobre a distribuição e os preços, em colaboração com o sindicato Solidarnosc dos agricultores individuais;
- 2º) Uma reforma da economia através da criação de conselhos de autogestão autênticos nas empresas e pela liquidação da "Nomenklatura" (lista hierárquica dos privilégios e privilegiados do partido) do POUP;
- 3º) A verdade ao nível social. Um controle da sociedade sobre os meios de informação e a supressão da mentira na educação e na cultura polonesa;
- 4º) A democracia através da introdução de eleições livres para o Parlamento e para os conselhos do povo (regionais);
- 5º) A justiça pela garantia da igualdade de cada um perante a lei, a libertação dos presos políticos (por opinião) e a defesa das pessoas perseguidas por suas atividades políticas, editoriais ou sindicais;
- 6º) A proteção da saúde da nação, pela proteção do meio ambiente, o aumento dos fundos destinados aos serviços médicos e a garantia aos deficientes dos direitos que lhe são reservados na sociedade;
- 7º) Carvão para a população e para a indústria. Garantia de condições de vida e de trabalho para os mineiros.

Nós realizaremos tais objetivos pela unidade do sindicato e a solidarnosc de seus membros. As atividades de diversas forças criando um sentimento de "perigo externo" não nos retirarão a vontade de lutar pelos ideais de agosto de 1980, pela realização dos acordos de Gdansk, Szescin e Jastrzebie."

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Americo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Lucé Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.
Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 — CGC 19.858.067/002-70.
Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550: Porto Alegre — Av. Osvaldo Aranha nº 1407 - Loja 20 - Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414.
Impressão: Cia Editora Jorúes - R. Gastão da Cunha, 49 - São Paulo - Fone: 531-8900.

Ronda Alta / RGS

Essa luta é de todos nós

A luta dos colonos de Ronda Alta por terra em seu próprio Estado transformou-se no mais importante movimento de resistência no campo desde 1964. Apesar de todas as pressões do governo, que passou inclusive pela ocupação militar da área durante o mês de agosto, os colonos mantêm-se firmes no propósito de atingir seus objetivos. Para isso, pedem solidariedade.

Da Sucursal

Na última semana de setembro, mais de 300 famílias que permanecem acampadas em Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, enviaram uma comissão de colonos à Assembléia Legislativa de Porto Alegre com o objetivo de pedir às oposições que retomem o apoio e a solidariedade a sua luta.

Há mais de seis meses que elas reivindicam terra para trabalhar em seu próprio Estado — direito estabelecido pelo Estatuto da Terra — enquanto o governo federal oferece apenas a alternativa do Projeto Vale do Rio Verde, no Mato Grosso, sob a responsabilidade do INCRA.

O conflito ganhou notoriedade a partir do mês de agosto, quando o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o "Curió", em nome da presidência da República, ocupou militarmente a área acompanhado por mais de 40 agentes da Polícia Federal com o objetivo de desmontar o acampamento.

Durante o mês, Curió manteve os colonos em regime de confinamento sob forte clima de terror, impedindo o acesso à região e isolando a campanha de solida-

riedade ao movimento. Mas os colonos sob o lema: "Em terra de quero-quero, Curió não canta de galo", resistiram bravamente, surpreendendo a todos. Curió conseguiu apenas dividir o acampamento: das 600 famílias que lá se encontravam 137 foram para o Mato Grosso. Outras tantas se retiraram individualmente e a maioria ainda permanece.

O movimento de resistência dos sem-terra em Ronda Alta contou todo o tempo com o apoio decidido do Padre Arnildo Fritzen e da Irmã Bruna Durandí (Irmã Aurélia) da Fundação de Assistentes Religiosos do Acampamento, violentamente acusados por Curió no momento da sua retirada da área.

Mas a violência das acusações contra o trabalho pastoral da Igreja, que gerou inclusive o recente afastamento dos dois religiosos por pressão do bispo conservador da diocese e futuro sucessor de D. Vicente Sherer Claudio Colling, deu novo ímpeto à campanha de solidariedade.

Em meados de setembro, mais de 50 entidades representativas de vários setores da sociedade gaúcha se reuniram e tomaram

algumas decisões importantes sobre a articulação do apoio aos sem-terra.

Em primeiro lugar, subscreveram um longo documento que demonstra a justiça e legalidade da luta dos colonos, a precariedade do projeto de colonização no Mato Grosso, relaciona inúmeras alternativas que o governo teria se quizesse promover a justiça, e faz um desagravo aos religiosos caluniados. Abaixo transcrevemos o item 3 do documento que demonstra ser a desapropriação de alguns latifúndios gaúchos improdutivos a solução mais viável e econômica para resolver o problema dos colonos de Ronda Alta. Esse documento será entregue ao governo do Estado e está recebendo adesões a nível nacional.

Em segundo lugar decidiram tornar o apoio permanente, com reuniões todas as segundas-feiras, às 19 horas, na sala da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Porto Alegre.

Em terceiro lugar assumiram a centralização da campanha de arrecadação de fundos e alimentos que devem ser enviados para o endereço em destaque.



"Em terra de Quero-quero, Curió não canta de galo"

Todo apoio aos colonos de Ronda Alta

Contribuições financeiras para a conta bancária nº 08102145/09, Agência Central do Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUI, — sem menção ao movimento dos sem terras ou para a Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, Ronda Alta, RS CEP 99670.

Contribuições em alimentos diretamente para a referida Paróquia.

Solução: reforma agrária

Segundo dados do próprio INCRA, no Rio Grande do Sul existem quase 10 milhões de hectares em latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação. Aos colonos de Ronda Alta bastariam 7 mil. Por outro lado essa solução custaria no mínimo 150 milhões de cruzeiros a menos para o governo do que a da transferência para o Mato Grosso. E o que garante o Comitê de Solidariedade aos colonos sem terras.

tuição Federal (art. 161 e parágrafos) e no próprio Estatuto da Terra (art. 19).

Sabe-se que há muitos latifúndios no Rio Grande do Sul. Cadastro elaborado pelo próprio INCRA (1976) dá conta da existência de 9.871.000 ha em latifúndios passíveis de desapropriação. Somente na área do acampamento (Municípios de Nonoai, Campinas do Sul, Ronda Alta, Esmeralda, Chapada e Passo Fundo) há 41 mil ha em latifúndios apenas em estabelecimentos acima de mil ha. Aos colonos de Ronda Alta, bastariam 7.500 ha. O Presidente do INCRA, Sr. Paulo Yokota, pretendeu também dizer que se uma propriedade rural é mal usada

numa parte e bem explorada em outra, não se poderia desapropriá-la, por não se poder dividi-la. Mas a divisão é facultada do poder expropriante, jamais do proprietário, restando a este apenas optar pela desapropriação TOTAL quando se a intentar parcial.

Outro argumento muito utilizado pelo Governo é o de que não há recursos para a desapropriação. Entretanto, para fins desapropriatórios, o poder expropriante é obrigado a depositar, em dinheiro, apenas 20% do valor da terra, pagando o restante em títulos da dívida pública (art. 161 da Constituição Federal). E o valor da terra é fixado em função do valor declarado

para efeito de Imposto Territorial Rural, o que diminui muito o preço da terra em relação ao valor de mercado.

Na região do acampamento, o módulo rural está fixado em torno de 15 ha. Para 500 famílias, bastariam então 7.500 ha. O preço médio de mercado do hectare no Rio Grande do Sul, segundo levantamento da Presidência da Assembléia Legislativa, é de Cr\$ 78 mil, assim, mesmo que se pagasse pela terra o preço de mercado, o Governo teria que depositar apenas Cr\$ 117 milhões para resolver o problema de Ronda Alta, quantia pequena diante do custo para o reassentamento dos colonos do Mato Grosso, estimado em Cr\$ 500 mil

por família, pelo Presidente do INCRA — Cr\$ 250 milhões para as mesmas quinhentas famílias apenas em infra-estrutura.

O Governo tem dito, também, que não se justifica mais a declaração do Rio Grande do Sul como zona prioritária para a Reforma Agrária: mas se em Ronda Alta há 500 famílias acampadas, no Estado temos 150 mil famílias de agricultores sem terra. Logo, se o Governo não se dispuser a aplicar a legislação existente, amanhã teremos 300 acampamentos no Estado: motivo de sobra para o Governo declarar o Rio Grande do Sul como zona prioritária.

Vemos, então, que a luta dos agricultores de Encruzilhada Natalino está toda ela respaldada em Lei. Daí porque, além de profundamente justas, suas reivindicações são essencialmente legais. Compete ao Governo cumprir e aplicar a Lei, tomando as iniciativas cabíveis no caso, ao invés de tratar um problema social levemente, lançando mão de desculpas inaceitáveis e de surrados chavões.